



# DIÁRIO

# da Assembleia da República

V LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE AGOSTO DE 1987

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vítor Pereira Crespo**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Carlos Pinto Bastos da Mota Torres

Cláudio José dos Santos Percheiro

José Carlos Pereira Lilaia

**SUMÁRIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

O Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva) apresentou o Programa do XI Governo Constitucional e respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Raul Castro e João Corregedor da Fonseca (ID), Herculano Pombo e Maria Santos (Os Verdes), Nogueira de Brito, Basílio Horta e Narana Coussoré (CDS), Silva Lopes, Correia Gago, Natália Correia, Carlos Lilaia e Marques Júnior (PRD), João Amaral (PCP), Jorge Sampaio, Jaime Gama e António Guterres (PS) e Pacheco Pereira (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 55 minutos.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.*Eram 10 horas e 25 minutos.**Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:***Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.

Adão José Fonseca Silva.

Adérito Manuel Soares Campos.

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.

Alberto Cerqueira de Oliveira.

Alberto Monteiro de Araújo.

Álvaro Cordeiro Dâmaso.

Álvaro José Rodrigues Carvalho.

Amândio Santa Cruz D. Basto Oliveira.

Américo de Sequeira.

António Abílio Costa.

António Costa de A. de Sousa Lara.

António Fernandes Ribeiro.

António Joaquim Bastos Marques Mendes.

António Joaquim Correia Vairinhos.

António José Caeiro da Mota Veiga.

António José de Carvalho.

António José Coelho de Araújo.

António Manuel Lopes Tavares.

António Maria Oliveira de Matos.

António Maria Pereira.

António Paulo Martins Pereira Coelho.

António Roleira Marinho.

António Sérgio Barbosa de Azevedo.

António da Silva Bacelar.

Aristides Alves do Nascimento Teixeira.

Arlindo da Silva André Moreira.

Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.

Arménio dos Santos.

Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.

Belarmino Henriques Correia.

Carla Maria Tato Diogo.

Carlos Alberto Pinto.

Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.

Carlos Manuel Duarte de Oliveira.

Carlos Manuel Oliveira da Silva

Carlos Manuel Sousa Encarnação.

Carlos Matos Chaves de Macedo.

Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.

Carlos Sacramento EsmERALDO.

Casimiro Gomes Pereira.

Cecília Pita Catarino.

Cristóvão Guerreiro Norte.

Daniel Abílio Ferreira Bastos.

Dinah Serrão Alhandra.

Domingos Duarte Lima.

Domingos da Silva e Sousa.

Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.

Ercília Domingos M. P. Ribeiro da Silva.

Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.

Fernando Barata Rocha.  
 Fernando Dias de Carvalho Conceição.  
 Fernando José Alves de Figueiredo.  
 Fernando José Antunes Gomes Pereira.  
 Fernando José R. Roque Correia Afonso.  
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.  
 Fernando Monteiro do Amaral.  
 Filipe Manuel Silva Abreu.  
 Flausino José Pereira da Silva.  
 Francisco Antunes da Silva.  
 Francisco Jardim Ramos.  
 Francisco João Bernardino da Silva.  
 Francisco Mendes Costa.  
 Francisco Rodrigues Porto.  
 Gilberto Parca Madail.  
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.  
 Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.  
 Hilário Torres Azevedo Marques.  
 Jaime Carlos Marta Soares.  
 Jaime Gomes Mil-Homens.  
 João Álvaro Poças Santos.  
 João Costa Silva.  
 João Domingos F. de Abreu Salgado.  
 João José Pedreira de Matos.  
 João José da Silva Maçãs.  
 João Manuel Ascensão Belém.  
 João Maria Ferreira Teixeira.  
 João Soares Pinto Montenegro.  
 Joaquim Eduardo Gomes.  
 Joaquim Fernandes Marques.  
 Joaquim Vilela de Araújo.  
 Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.  
 José Alberto Puig dos Santos Costa.  
 José de Almeida Cesário.  
 José Álvaro Machado Pacheco Pereira.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 José Assunção Marques.  
 José Augusto Ferreira de Campos.  
 José Augusto Santos Silva Marques.  
 José Francisco Amaral.  
 José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.  
 José Júlio Vieira de Mesquita.  
 José Lapa Pessoa Paiva.  
 José Leite Machado.  
 José Luís Bonifácio Ramos.  
 José Luís Campos Vieira de Castro.  
 José Luís de Carvalho Lalande Ribeiro.  
 José Manuel da Silva Torres.  
 José Mário Lemos Damião.  
 José Mendes Bota.  
 José Mendes Melo Alves.  
 José Nuno Borregana Meireles.  
 José de Vargas Bulcão.  
 Leonardo Ribeiro de Almeida.  
 Lícínia Moreira da Silva.  
 Luis Amadeu Barradas Amaral.  
 Luis António Damásio Capoulas.  
 Luis António Martins.  
 Luis Filipe Garrido Pais de Sousa.  
 Luis Filipe Meneses Lopes.  
 Luis Manuel Costa Geraldes.  
 Luis Manuel Neves Rodrigues.  
 Manuel Albino Casimiro de Almeida.  
 Manuel Coelho dos Santos.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Manuel Ferreira Martins.

Manuel João Vaz Freixo.  
 Manuel Joaquim Batista Cardoso.  
 Manuel Joaquim Dias Loureiro.  
 Manuel José Dias Soares Costa.  
 Manuel Maria Moreira.  
 Maria Assunção Andrade Esteves.  
 Maria da Conceição de Castro Pereira.  
 Maria Luisa Lourenço Ferreira.  
 Maria Manuela Aguiar Moreira.  
 Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.  
 Mário Ferreira Bastos Raposo.  
 Mário Jorge Belo Maciel.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.  
 Mário de Oliveira Mendes dos Santos.  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque.  
 Marília Dulce Coelho Raimundo.  
 Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.  
 Mateus Manuel Lopes de Brito.  
 Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.  
 Nuno Francisco F. Deleure Alvim de Matos.  
 Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.  
 Pedro Miguel Santana Lopes.  
 Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.  
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
 Rui Alberto Limpio Salvada.  
 Rui Manuel P. Chancerelle de Machete.  
 Valdemar Cardoso Alves.  
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.  
 Victor Pereira Crespo.  
 Virgílio de Oliveira Carneiro.

#### Partido Socialista (PS):

Abílio Aleixo Curto.  
 Afonso Sequeira Abrantes.  
 Alberto Arons Braga de Carvalho.  
 Alberto Manuel Avelino.  
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
 Alberto de Sousa Martins.  
 Álvaro Jaime Neves da Silva.  
 António Cândido Miranda de Macedo.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António José Sanches Esteves.  
 António Magalhães da Silva.  
 António Miguel Moraes Barreto.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 Armando António Martins Vara.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.  
 Fernando Ribeiro Moniz.  
 Francisco Fernando Osório Gomes.  
 Francisco Soares Mesquita Machado.  
 Hélder Oliveira dos Santos Filipe.  
 Helena de Melo Torres Marques.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 João Barroso Soares.  
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.  
 João Rosado Correia.  
 João Rui Gaspar de Almeida.  
 Jorge Fernando Branco Sampaio.  
 Jorge Lacão Costa.  
 Jorge Luís da Costa Catarino.  
 José Apolinário Nunes Portada.  
 José Barbosa Mota.  
 José Carlos P. Bastos da Mota Torres.  
 José Ernesto Figueira dos Reis.

José Florêncio B. Castel Branco.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.  
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.  
 José Manuel Torres Couto.  
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Manuel António dos Santos.  
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Nuno Manuel Brederode R. dos Santos.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.  
 Raul Manuel Bordalo Junqueiro.  
 Ricardo Manuel Rodrigues Barros.  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.  
 Vítor Manuel Caio Roque.  
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Álvaro Favares Brasileiro.  
 Álvaro Manuel Balseiro Amaro.  
 António Anselmo Aníbal.  
 António José Monteiro Vidigal Amaro.  
 António da Silva Mota.  
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.  
 Bernardina Lúcia Sebastião.  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 Carlos Alfredo Brito.  
 Carlos Campos Rodrigues da Costa.  
 Cláudio José dos Santos Percheiro.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 João António Gonçalves do Amaral.  
 José Eduardo Linhares de Castro.  
 José Manuel Antunes Mendes.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Manuel Santos Magalhães.  
 Lino António Marques de Carvalho.  
 Luís Manuel Loureiro Roque.  
 Manuel Anastácio Filipe.  
 Manuel Rogério Sousa Brito.  
 Maria Ilda Costa Figueiredo.  
 Maria Luísa Rodrigues A. Garcia da Rosa.  
 Maria Odete Santos.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

**Partido Renovador Democrático (PRD):**

António Alves Marques Júnior.  
 Carlos Jorge Mendes Correia Gago.  
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.  
 José Carlos Pereira Lilaia.  
 José da Silva Lopes.  
 Natália de Oliveira Correia.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Adriano José Alves Moreira.  
 Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.  
 José Luís Nogueira de Brito.  
 Narana Sinai Coissoró.

**Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):**

Herculano da Silva P. Marques Sequeira.  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

Agrupamento Intervenção Democrática (ID):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.  
 Raul Fernandes de Moraes e Castro.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos dar início à discussão do Programa do Governo, para o que tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao apresentar o Programa do XI Governo Constitucional quero, antes de mais, saudar a Assembleia da República e desejar aos Srs. Deputados um trabalho profícuo durante a legislatura que agora se inicia.

A instituição parlamentar é o fulcro de democracia representativa, regime que os Portugueses escolheram para organizar a vida política nacional e que entre nos se enraizou com extraordinária solidez, não obstante as dificuldades internas e externas que foi necessário ultrapassar após o 25 de Abril. Prestigiar a acção da Assembleia da República é reforçar o próprio regime democrático.

Esta Assembleia é expressão directa da vontade popular, manifestada através do voto livre e consciente, e da sua composição resulta o Governo a que me honro de presidir.

No quadro de um relacionamento leal com os outros órgãos de soberania, o Governo trabalhará com o Parlamento no melhor espírito construtivo e dele espera igual disponibilidade para o desenvolvimento de relações de colaboração harmoniosas e produtivas, conforme o exige o interesse nacional.

Algumas análises mais levianas ou superficiais dos resultados das eleições de 19 de Julho têm apontado para a desvalorização da Assembleia da República na presente legislatura e chegam até a admitir o enfraquecimento da própria democracia.

Tudo isto quando, pela primeira vez desde o 25 de Abril, o sistema político gera uma maioria parlamentar homogénea e cria verdadeiras e consistentes condições de estabilidade governativa.

O papel essencial que cabe ao parlamento numa democracia pluralista de tipo ocidental não depende do menor ou maior apoio parlamentar de que goza o governo.

Nos países democráticos é normal os governos disporem de apoio parlamentar maioritário, e nem por isso o papel do parlamento é desvalorizado.

Já na apresentação do Programa do X Governo tive ocasião de afirmar: «O papel da Assembleia da República é sempre o mesmo, seja qual for o governo empossado: uma actuação clara e empenhada na resolução dos problemas daqueles que legitimamente representa.»

A existência de uma ampla e homogénea maioria de apoio ao Governo evitará apenas as obstruções sistemáticas e injustificadas à acção do Executivo e as interferências nas suas áreas de competência própria, que caracterizaram a atitude de algumas oposições na anterior legislatura, atitude negativa para o prestígio da própria Assembleia e que foi larga e inequivocavelmente condenada pelo eleitorado em 19 de Julho passado.

A nossa posição no que diz respeito às relações entre órgãos de soberania não se altera consoante as

conjunturas políticas ou em função do peso das diferentes forças partidárias. Ela decorre antes de uma atitude geral quanto ao que deve ser o normal funcionamento do regime democrático e do reconhecimento da necessidade de estabilização do mesmo através de um leal e salutar comportamento institucional.

Na anterior legislatura defendemos com particular vigor — fomos obrigados a isso, inclusivamente recorrendo para o Tribunal Constitucional — a área de competência própria do Governo relativamente à Assembleia da República. Mas, como na altura tive oportunidade de dizer, fazíamo-lo não por mero interesse político de circunstância, mas sim por tal corresponder ao nosso entendimento do princípio constitucionalmente consagrado da separação de poderes e da necessidade de assegurar o correcto relacionamento entre os órgãos de soberania.

Se defendemos a separação de poderes numa situação de governo minoritário, queremos deixar agora bem claro que continuaremos a sustentar o mesmo princípio nas presentes circunstâncias de governo com apoio parlamentar maioritário.

Não há verdadeira institucionalização dos comportamentos democráticos quando se assiste ao esbatimento das esferas de competência entre órgãos de soberania e à consequente diluição dos mecanismos de responsabilidade. Neste, como nos outros domínios, não confundimos o plano da acção política e partidária com o superior plano do Estado.

Só terão dificuldade em entender o sentido positivo, para o regime democrático, da viragem de 19 de Julho aqueles que ainda vivem povoados de fantasmas ou rodeados por véus que os não deixam ver a realidade portuguesa e o mundo exterior, aqueles que não acreditam verdadeiramente na inteligência e bom senso do povo português e os que não absorveram ainda as lições dos últimos treze anos.

O apego aos valores democráticos deve reflectir-se, em primeiro lugar, na forma como se aceita a vontade popular expressa através de eleições livres.

Na apresentação do Programa do X Governo afirmei que as eleições de Outubro de 1985 tinham aberto um novo ciclo político na democracia portuguesa. Não posso assim deixar de estranhar a surpresa com que alguns acolheram os resultados de 19 de Julho depois do sinal bem claro dado pelo eleitorado nessas eleições.

A circunstância de o povo português ter querido dotar a Assembleia e o País de uma sólida e homogénea maioria parlamentar não levará o Governo a desviar-se da linha de diálogo e moderação que é a sua, procurando congregar esforços e vontades em torno dos grandes objectivos nacionais.

Mas uma democracia pluralista, como é felizmente a nossa, implica, naturalmente, a existência de zonas em relação às quais os consensos não são possíveis e onde deve imperar a vontade da maioria. A vontade da maioria, para além do respeito devido às minorias, tem também limites, o primeiro dos quais deriva da observância da lei e o segundo do carácter sempre relativo do exercício do poder democrático.

O espírito de diálogo que presidirá à actividade do XI Governo Constitucional dirige-se, antes de mais, às forças políticas representadas nesta assembleia. A democracia pluralista vive e fortalece-se com um franco, aberto e permanente confronto de opiniões, dentro do quadro constitucional.

As oposições, cumprindo o seu papel democrático, constituirão a via privilegiada para dar voz, no Parlamento, a ideias e pontos de vista que não obtiveram a maioria dos sufrágios, mas nem por isso deixam de ser úteis na consideração dos problemas. Por outro lado, no seu papel crítico e fiscalizador da acção governativa, as oposições podem e devem representar um estímulo para o Executivo fazer mais e melhor, assim beneficiando o País.

Tudo está, porém, em que as oposições sejam capazes de adoptar um comportamento sério, responsável e construtivo, ou seja, um comportamento credível, o que não é compatível com atitudes dominadas pelo ressentimento, pela frustração, pela impaciência, pela ânsia de entravarem toda e qualquer medida governativa. Espero sinceramente que a lição de 19 de Julho, ao castigar as práticas negativas de certas oposições, seja plenamente entendida e posta em prática.

Ficou claro que não ganha credibilidade aos olhos da população quem tem por método a obstrução sistemática à actividade do Governo, quem diz mal de tudo o que dele vem e não observa a separação de poderes entre os órgãos de soberania.

No respeito pela lei e pelas oposições — bem como por todas as forças e instituições da sociedade civil —, o Governo não deixará, como é sua obrigação, de cumprir serenamente, mas com firmeza, o seu programa. Não o fazer, ainda que por arrastamento na procura de consensos alargados, seria trair a confiança que em nós tão expressivamente depositou o eleitorado. O povo português atribuiu-nos em 19 de Julho um mandato muito claro para governar, e governar democraticamente é decidir de acordo com a vontade da maioria.

Nas últimas eleições o eleitorado demonstrou uma capacidade de discernimento que surpreendeu muitos, dentro e fora do País. Ficaram particularmente confundidos aqueles que se arrogam o papel de vanguardas esclarecidas e que desprezam a inteligência do povo quando este não vota como eles gostariam que votasse.

Repare-se que, na recente campanha, o eleitor português não estava apenas perante uma série de propostas verbais diversificadas, entre as quais deveria escolher. Como factores relevantes de ponderação o eleitorado dispunha ainda de vinte meses de actuação concreta do X Governo e dos comportamentos da oposição em relação a ele, podendo julgar com conhecimento de causa.

Ora, ao votar como votou, o povo português manifestou o seu apoio às políticas e às medidas do anterior governo e — mais do que isso — condenou a postura daqueles que, na Assembleia da República, impediram que algumas daquelas políticas e medidas se concretizassem, não obstante constarem de um programa que a própria Assembleia havia viabilizado. Por outras palavras, os Portugueses disseram com invulgar clareza e com assinalável força que queriam ver cumpridas as orientações contidas naquele programa, que queriam que se avançasse com as reformas impostas pela modernização do País, e, consequentemente, deram ao novo governo condições políticas para levar a cabo tal missão.

O eleitorado não quer apenas que governem aqueles que lhe merecem confiança, mas também que o programa por eles apresentado seja efectivamente cumprido.

O voto de 19 de Julho não foi, pois, um voto na estabilidade pela estabilidade, mas um mandato para, na continuidade em relação ao anterior executivo, se executar uma política, se levar à prática um projecto. O programa que agora se submete à apreciação da Assembleia da República não representa, portanto, qualquer ruptura, sendo apenas um aprofundamento em relação ao do governo anterior.

Não estamos, assim, no Governo para deter o poder pelo poder, ou para meramente gerir a conjuntura, evitando escolher e decidir, receando desagradar a alguém.

O poder político democrático, que tem geralmente seguido uma mera lógica de adaptação, respondendo muitas vezes de forma hesitante a desafios externos e internos, tem agora condições para assumir uma lógica de afirmação e de capacidade de decisão. Não basta reagir, é necessário agir.

Com tranquilidade, sem sobressaltos e de uma forma gradual — mas também com a firme determinação da autoridade democrática e sem ceder a quaisquer ameaças —, vamos cumprir a vontade maioritária dos Portugueses, que têm o direito a um melhor nível e qualidade de vida e a um futuro mais promissor.

O nosso programa é certamente ambicioso. Mas eu recordo aqui, porque é instrutivo quanto a certas mentalidades mediocres que não deixam de se manifestar entre nós, a dúvida e até o sarcasmo com que foram recebidas algumas das metas económicas do anterior governo, por exemplo quanto ao abrandamento da inflação ou à retoma do investimento. Afinal, a realidade acabou por confirmar essas metas, tidas por irrealistas ou mesmo demagógicas pelos inevitáveis «velhos do Restelo»...

Não nos farão desaninar. O clima de confiança em que o País vive e os resultados do primeiro ano e meio de integração europeia aí estão, de resto, para desmentir os profissionais do ceticismo e da descrença.

Esse clima de confiança no futuro e de aposta positiva nas nossas próprias potencialidades foi significativamente reforçado pela circunstância de, pela primeira vez, desde o 25 de Abril, o País contar com um governo apoiado numa larga maioria de um só partido, ou seja, com a perspectiva de um governo de legislatura.

Até aqui, devido às frequentes crises políticas, a vida dos Portugueses decorreu dentro de sucessivos curtos prazos, de tal modo que se gerou um estado de espírito situado entre a apreensão e a ansiedade.

Apreensão, pelo facto de qualquer iniciativa, no plano das realizações, estar sempre condicionada por eventuais crises; ansiedade, face à incerteza quanto ao futuro, à possibilidade de a instabilidade política voltar a surgir de um dia para o outro.

Hoje temos uma situação totalmente nova e, assim sendo, há que abandonar reflexos antigos suscitados pela instabilidade que marcou a vida dos Portugueses nos últimos treze anos; a vida do País vai agora decorrer a um ritmo mais de acordo com as tradições das democracias ocidentais.

Com a perspectiva de quatro anos que temos à nossa frente, é possível disciplinar a vida nacional no sentido de todos saberem melhor com o que podem contar e como dar corpo às suas aspirações em termos de realização individual e colectiva.

Importa ainda tomar consciência de que um programa de governo para quatro anos é para ser concretizado ao longo desse período.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Este XI Governo conhece o rumo e saberá estabelecer o ritmo adequado à resolução dos principais problemas do País.

Mas trabalhar num período de quatro anos significa, do mesmo modo, que não nos podemos deixar levar nem por falsas pressas nem por demoras injustificadas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Estaremos sempre atentos ao evoluir dos condicionalismos, tanto internos como externos; as soluções dos problemas deverão aparecer nos momentos certos, para garantir a evolução económica e social mais favorável para o País, e não ao sabor de interesses marginais.

Será nossa permanente preocupação aproveitar muito bem os quatro anos para que fomos mandatados, porque muitos e grandes desafios se jogam neste período.

A perspectiva de estabilidade governativa constitui, só por si, um poderoso factor de confiança, designadamente quanto aos agentes económicos.

Se juntarmos essa perspectiva à circunstância de há mais de um ano e meio se estar a processar, com inegável êxito, a nossa integração nas Comunidades Europeias — com tudo o que isso significa de certeza quanto a normas reguladoras da actividade económica — então teremos de concluir que Portugal oferece hoje um quadro extremamente seguro e estável à iniciativa económica, social e cultural.

E, existindo estabilidade governativa, a política vai naturalmente passar a ocupar uma parte menor nas preocupações do cidadão comum, ao contrário do que acontecia em clima de permanente incerteza e sobressalto. Tal não pode, contudo, significar desinteresse pela política, pois a *res publica* diz respeito a todos e a democracia autêntica não se compadece com uma radical divisão entre os políticos, que tratariam dos negócios do Estado, e a restante população, que se confinaria aos seus assuntos privados.

Mas a descompressão proporcionada pela estabilidade política poderá ser um contributo decisivo para uma nova dinâmica da sociedade civil, que tão indispensável é à modernização do País, o que ficaria a constituir um dos frutos mais positivos da manifestação da vontade dos Portugueses no passado dia 19 de Julho.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Nos próximos quatro anos espera o Governo concretizar várias reformas de fundo que, apesar de há muito serem amplamente reconhecidas como indispensáveis para a modernização e desenvolvimento do País e para assegurar o êxito da integração na CEE, têm vindo a ser sucessivamente adiadas ou atrasadas.

Uma boa parte dessas reformas tem a ver com a necessária diminuição da intervenção do Estado na vida dos Portugueses.

Em 1974 e, sobretudo, em 1975 o Estado alargou tentacularmente a sua esfera de intervenção na actividade económica, social e cultural do País. Tal acon-

teceu, então, servindo uma estratégia colectivizante, visando instaurar em Portugal uma sociedade de tipo bem diferente da democracia pluralista e ocidental desejada pela esmagadora maioria da população.

Vencida a tentativa totalitária de tomada de poder, a estatização não diminuiu significativamente nos anos seguintes, em parte como reflexo de obsoletos preconceitos ideológicos, mas também por força das resistências e pressões de clientelas partidárias que entretanto haviam ocupado posições no aparelho controlado pelo Estado.

Tal situação não deverá manter-se por mais tempo, porque é fonte indiscutível de obstáculos à recuperação do nosso atraso em relação à Europa comunitária — de que fazemos parte — e à ultrapassagem com êxito dos desafios que estão à nossa frente e prejudica a melhoria das condições de vida da população e mesmo a concretização de uma sociedade mais livre e mais justa.

Na economia, na comunicação social, na generalidade das actividades próprias da sociedade civil, a nossa aposta reside na capacidade de livre iniciativa dos Portugueses. O Estado deverá reduzir gradualmente as suas responsabilidades nas áreas para que não está vocacionado, tornando-se simultaneamente mais forte e mais eficaz nos domínios que lhe são específicos. Como frequentemente tem sido dito, pretende-se menos Estado e melhor Estado.

A vitalidade da sociedade civil é um factor decisivo do progresso. O dirigismo ou o paternalismo estatal, por muito bem intencionado que seja, em regra geram desresponsabilização e estiolam a criatividade das pessoas e dos grupos, prejudicam a modernização e conduzem à estagnação económica e social.

É hoje generalizada nas sociedades modernas a consciência de que a excessiva estatização impede o desenvolvimento, rigidifica as estruturas sociais e limita a liberdade. Assim se explica o apoio crescente da opinião pública de muitos países aos processos de desregulação, privatização e liberalização.

Procuraremos restabelecer um equilíbrio socialmente eficiente entre o âmbito da intervenção do Estado e o campo de iniciativa dos cidadãos.

Dentro da orientação geral do Governo de reduzir para níveis razoáveis a intervenção do Estado na vida portuguesa, uma das áreas prioritárias de actuação é, naturalmente, a reforma do sector empresarial do Estado.

Como é bem sabido, as peculiares motivações e circunstâncias que, há doze anos, levaram ao brutal alargamento da intervenção directa do Estado na economia resultaram num sector público empresarial sem lógica interna e racionalidade, agrupando unidades da mais diversa dimensão, natureza e tipo de actividade.

A maior parte das empresas públicas que assim surgiu acarretou para os cidadãos custos incalculáveis, traduzidos em maior carga de impostos, em despesas de interesse social que não puderam ser realizadas, em preços de bens e serviços mais elevados e em investimentos geradores de empregos que não puderam ser concretizados. Tudo isto em resultado de políticas erradas e de má administração, potenciadas pela instabilidade governativa e pelas ingerências políticas nas empresas.

Nos doze anos que vão de 1976 a 1987 as empresas públicas não financeiras registaram um prejuízo acumulado de 900 milhões de contos, a preços constantes de

1987, e receberam 1000 milhões de contos do Orçamento do Estado sob a forma de subsídios, indemnizações compensatórias e dotações de capital.

É imperioso alterar esta situação, porque o País não pode continuar a desperdiçar recursos que são tão preciosos para vencer o desafio da modernização e para assegurar o pleno êxito da integração nas Comunidades Europeias.

Recordo, aliás, que, antes de nós, outros prometem fazê-lo — mas tudo ficou na mesma —, embora esses mesmos, no anterior parlamento, tenham contribuído para travar a acção do X Governo neste domínio.

Hoje já ninguém acredita — e até dirigentes comunistas começam a dar-se conta — que o intervencionismo económico possa trazer a modernização, o progresso e o bem-estar.

Entre nós, aqueles que se inspiram em filosofias colectivistas estão obviamente contra a reforma do sector empresarial do Estado, por mais evidentes que sejam os custos para o desenvolvimento do País e para os trabalhadores. Deles só virá crise e obstrução sistemática.

As forças políticas democráticas, quando enfrentam provas que podem pôr em causa a sua credibilidade, reconhecem, sem dificuldade, a conveniência em reduzir o peso do sector empresarial público português.

Esperamos que, também nesta matéria, se colha os ensinamentos das eleições de 19 de Julho.

Não temos qualquer preconceito em relação ao sector empresarial do Estado. A modernização do País e a indispensável melhoria do nível de vida dos Portugueses impõem, porém, uma redução significativa do universo das empresas exclusivamente públicas. Ao Estado deve ficar reservado basicamente o conjunto das empresas com uma componente significativa de serviço público.

Iniciaremos, assim, dentro dos limites constitucionais, um processo de abertura ao sector privado do capital das empresas cuja inserção na área pública não encontre justificação económica ou social, assim como a alienação de participações do sector público no capital das empresas.

O processo de privatização permitirá amortizar antecipadamente a dívida pública e reduzir o défice do sector público — não se vislumbrando, de resto, outra forma de enfrentar com sucesso tão grave problema financeiro — libertando recursos orçamentais para investimentos e aplicações socialmente urgentes.

A privatização conduzirá ainda a um aumento da eficiência no funcionamento da economia, permitirá um alargamento da oferta de títulos no mercado de capitais e terá efeitos altamente positivos no reforço do clima de confiança dos agentes económicos.

A redução do peso do sector empresarial do Estado será feita de forma gradual, com a ponderação, o rigor e a transparência que a importância económica, financeira e política do sector exige.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A abertura do capital das empresas públicas processar-se-á sempre de modo a salvaguardar os interesses nacionais e a nunca pôr em causa o princípio da subordinação do poder económico ao poder político.

**Aplausos do PSD.**

Tal abertura será feita para melhorar as condições de vida dos Portugueses, e não para servir interesses de grupos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A privatização contribuirá para a disseminação do capital social pelas famílias portuguesas, incluindo os próprios trabalhadores dessas empresas, para os quais se assegurará um regime especial.

Parte do produto de venda do capital social das empresas será destinado ao saneamento económico e financeiro de empresas públicas que se encontrem em situação particularmente difícil.

O Governo apresentará em breve à Assembleia da República propostas de lei sobre a reforma do sector das empresas públicas. Fá-lo-á na convicção de que é o melhor para a sobrevivência e recuperação das próprias empresas, de que é o melhor para os seus trabalhadores, para a defesa do emprego e do seu bem-estar, e de que é, sem dúvida, o melhor para o País.

A política de redução do peso do Estado estender-se-á também ao sector da comunicação social.

A comunicação social competente e pluralista, responsável e dignificada que se deseja, capaz de exercer cabalmente as sua funções formativa e informativa, não exige nem aconselha — muito pelo contrário — uma intervenção do sector público como aquela que se verifica em Portugal. Esta situação, herdada em 1975, não tem de resto qualquer paralelo nas democracias ocidentais.

O Governo promoverá a liberalização da comunicação social portuguesa, devendo a intervenção do Estado limitar-se à garantia de um serviço público mínimo de rádio e televisão. Ao mesmo tempo, o Governo empenhar-se-á na modernização do sector e na formação dos seus profissionais como condição para uma informação de crescente qualidade e rigor.

O Governo irá igualmente promover a revisão da Lei de Bases da Reforma Agrária, de modo a estabilizar, de forma duradoura, a posse e a exploração da terra na zona de intervenção, descolectivizando a agricultura e acabando com discriminações injustificadas entre diferentes partes do território nacional.

*Aplausos do PSD.*

Serão integralmente respeitados os direitos adquiridos por todos aqueles a quem foram distribuídas terras (pequenos e médios agricultores, cooperativas de agricultores) ou com quem o Estado tenha vínculos contratuais para uso da terra. Mas o estatuto jurídico do empresário agrícola não pode ser um numa região e outro fora dela, e os agricultores mais dinâmicos e eficientes não devem ser penalizados pelo seu trabalho, mas sim encorajados.

A política de estabilização da propriedade e da exploração da terra será acompanhada de um forte apoio à modernização da agricultura, ao alargamento e aproveitamento dos regadios e ao aparecimento de indústrias na região do Alentejo, de modo a melhorar as perspectivas de emprego e as condições de vida da sua população.

Só razões ideológicas impedem ainda alguns de ver que a experiência colectivista na agricultura portuguesa redundou em total fracasso. Impõe-se corrigir a situação actual, porque são enormes os custos para o País.

A reformulação da legislação agrária é imperiosa, não só por razões de justiça social, mas também para conseguir o aumento da produção e da produtividade e a melhoria da qualidade na agricultura, indispensáveis para vencer o desafio da integração europeia e melhorar o rendimento real dos que trabalham e vivem da terra. O facto de terminar já no fim de 1990 a primeira fase do período transitório para a agricultura e de estarem em curso profundas mudanças na política agrícola comum não se compadece com mais demoras.

O grande salto para a modernidade que Portugal vai dar durante os próximos quatro anos requer um contributo significativo no domínio agrícola. O nosso objectivo é transformar a agricultura num sector dinâmico e competitivo, capaz de enfrentar com agressividade a concorrência no quadro das Comunidades Europeias, e assim se tornando susceptível de gerar rendimentos que permitam àqueles que nele trabalham ter um nível de vida mais digno.

Aqui, como em tantos outros campos da vida nacional, a principal força para vencer o atraso secular é a capacidade e a livre iniciativa dos Portugueses, naturalmente com o apoio do Estado, mas sem interventionismos asfixiantes nem burocracias, que tudo travam. É encorajadora a expansão do investimento no sector agrícola verificada no último ano, o elevado número de projectos apresentados para obtenção de apoio comunitário e o desenvolvimento de uma nova classe de jovens agricultores empresários.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Outra das reformas de fundo a levar a cabo, com a participação dos parceiros sociais, será a modernização da legislação laboral, flexibilizando-a e harmonizando-a com os sistemas correntes nos vários países da CEE.

O objectivo primeiro é criar condições mais amplas de emprego, tendo sobretudo em conta os desempregados de longa duração e os jovens à procura de primeiro emprego.

O que está em causa é reduzir as desvantagens que enfrentam as empresas portuguesas face às suas correntes europeias, bem como as inibições ao investimento e os obstáculos à concretização das mutações tecnológicas indispensáveis à competitividade da indústria portuguesa. Trata-se também de incentivar a criação de novos postos de trabalho, garantir mais estabilidade no emprego, combatendo o recurso sistemático aos contratos a prazo, possibilitar melhores níveis de salário e reforçar os esquemas de protecção social dos trabalhadores afectados pelas mudanças estruturais nas empresas.

Tudo isto é hoje entendido pela grande maioria dos trabalhadores, e é por isso que, em número crescente, têm vindo a recusar o seu apoio aos pretensos defensores dos seus interesses, assim como os apelos à agitação social.

Esses pretensos defensores dos trabalhadores foram afinal os grandes responsáveis pela destruição de muitas das estruturas produtivas no período revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril, pela destruição do clima de confiança, principalmente em certas zonas do País, e, consequentemente, foram os grandes responsáveis pela queda de investimento e pela redução do poder de compra dos salários que ocorreram em anos

passados e pelo alastramento da chaga social dos salários em atraso, que o governo anterior começou decisivamente a enfrentar.

Ao longo dos nossos primeiros vinte meses de governo demos provas de que respeitamos os direitos fundamentais dos trabalhadores, que estamos abertos ao diálogo e à concertação social, que consideramos como prioritário o combate ao desemprego e que estamos firmemente empenhados na melhoria do poder de compra dos salários.

Em 1986 os salários reais subiram em Portugal cerca de 5,5% e o poder de compra das pensões de reforma 10% e a taxa de desemprego (em sentido lato) baixou de 11,1%, no 1.º trimestre de 1986, para 9,6%, no 1.º trimestre de 1987, tendo sido criados 136 000 novos postos de trabalho no período de um ano. Há mais de dez anos que não se registavam resultados tão positivos neste domínio.

Numa economia como a nossa, pequena e aberta, inserida num espaço concorrencial como é a CEE, os trabalhadores só têm a ganhar com a redução da rigidez, das restrições e dos espartilhos impostos ao nosso sistema económico.

Não interessa aos trabalhadores e não interessa ao País a manutenção artificial de postos de trabalho sem viabilidade económica, desperdiçando recursos retirados aos contribuintes que poderiam ser aplicados na criação de novos e mais sólidos empregos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não interessa aos trabalhadores, e muito particularmente aos desempregados e aos jovens, e não interessa ao País, a defesa cega das situações de emprego claramente improdutivo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas, tal como proporemos uma maior flexibilização da legislação laboral, seremos inflexíveis no combate às situações de utilização fraudulenta de mão-de-obra, nomeadamente o recurso à mão-de-obra infantil.

*Aplausos do PSD.*

A opinião pública portuguesa está justamente chocada com certos casos de exploração de trabalho infantil a que urge pôr cobro. Importa, aliás, reflectir no grau em que tais situações clandestinas e lamentáveis — que não se eliminam apenas com repressão — constituem um resultado perverso, exactamente fruto da rigidez e do irrerealismo da presente legislação laboral.

Para além da criação de postos de trabalho decorrente do processo de desenvolvimento económico, o Governo promoverá uma política activa de emprego, dirigida em particular para os estratos com mais dificuldades no mundo do trabalho, nomeadamente jovens, desempregados de longa duração, mulheres, deficientes e trabalhadores abrangidos pelos processos de reconversão e reestruturação económicas ou pela introdução de novas tecnologias.

A alteração do Ministério do Trabalho e Segurança Social para a actual designação de «Ministério do Emprego e Segurança Social» reflecte a importância atribuída pela estratégia de desenvolvimento económico

do Governo à atenuação de desequilíbrio estrutural da nossa economia que constitui o desemprego. Ao acentuar-se a vertente emprego sobre a vertente trabalho, está o Governo a apostar no papel decisivo dos recursos humanos para o desenvolvimento do País e no reforço do papel dos parceiros sociais e do Conselho Permanente de Concertação Social contra a excessiva intervenção do Estado na economia.

Pensamos que essa alteração vai ao encontro, muito justamente, daqueles sindicatos e empresários que pretendem assumir em pleno as responsabilidades que lhes cabem numa sociedade democrática moderna, que deve assentar na livre negociação colectiva, sem tutelas nem paternalismo.

*Aplausos do PSD.*

Também a reforma fiscal, no que se refere à tributação directa, vai finalmente concretizar-se, depois de ter sido prometida por quase todos os governos desde o 25 de Abril.

A reforma fiscal introduzirá maior equidade no sistema, aumentará a eficiência na afectação dos recursos nacionais, criará condições mais propícias ao desenvolvimento económico e social e abrirá uma era mais saudável no relacionamento entre o contribuinte e a administração fiscal. Os actuais impostos cedulares serão substituídos por dois únicos impostos: um sobre o rendimento das pessoas singulares e outro sobre o rendimento das pessoas colectivas.

Através da moderação das taxas e do combate à evasão fiscal, a reforma permitirá reduzir a carga efectiva de impostos sobre os contribuintes cumpridores.

Mas não é só no campo económico, financeiro e social que vamos concretizar grandes reformas.

A realização de uma profunda reforma do sistema educativo é uma das tarefas a que o Governo atribui maior prioridade. Trata-se de um trabalho de longo fôlego, mas inadiável, pois só com a renovação do sistema educacional conseguiremos, por um lado, valorizar a nossa matriz histórico-cultural e simultaneamente vencer os desafios da integração europeia, e, por outro, assegurar o futuro nacional de uma geração de portugueses mais competente e empreendedora, com maior sentido de autonomia, capaz de assumir riscos e aberta à inovação, e, assim, melhor preparada para o desempenho das complexas tarefas do mundo moderno.

O Governo lançará um projecto consequente de reforma educativa, consensualmente construído, tendo por horizonte a transição do milénio, como resulta dos princípios que informam a Lei de Bases do Sistema Educativo.

A reforma visará um sistema educativo livre e plural, que estimule a diversidade e a diferença (aliás condição indispensável à vivência democrática), que contribua para o reforço da identidade nacional, não só na preservação como na renovação da nossa herança histórica e cultural, e, ainda, que aprofunde o sentido e solidariedade entre todos os portugueses.

No plano da educação coloca-se, na verdade, um dos mais sérios desafios que Portugal enfrenta e que não podemos deixar de vencer. Temos todos, Governo, famílias, educadores, instituições da sociedade civil, de partilhar a responsabilidade de preparar as nossas crianças e jovens para fazer face aos desafios do século XXI. A mobilização de meios para a recuperação de

atrasos estratégicos antigos num sector tão vital à modernização acelerada do País constitui imperativo inadiável da Nação.

*Aplausos do PSD.*

Uma importantíssima mudança que em parte condiciona outras reformas e é factor indispensável para um crescimento económico rápido e duradouro não depende, porém, do Governo.

Na verdade, tem esta Assembleia à sua frente uma tarefa de relevância indiscutível para o futuro do País, a revisão da Constituição, a primeira que tem lugar desde a nossa integração na Europa comunitária.

É bem conhecida a posição do partido que apoia o Governo quanto à necessidade de serem obtidos os consensos indispensáveis à revisão constitucional, tendo em vista dotar o País de uma lei básica moderna, não ideologicamente enviesada, que seja um instrumento de liberdade em todas as suas dimensões, e que não entreve, antes facilite, as tarefas do desenvolvimento económico-social e a integração com pleno êxito nas estruturas comunitárias europeias.

O Governo não é parte no processo de revisão constitucional, que compete exclusivamente à Assembleia da República, mas dele não se pode alhear. Não é, de facto, indiferente ao Executivo e às condições da sua acção que a Constituição portuguesa contenha ou não uma carga ideológica que a impede de funcionar como um factor de união entre todos os portugueses, ou normas desfavoráveis ao clima de confiança necessário à modernização nacional, ou ainda disposições que dificultem a aplicação, no respeito pelas regras próprias das democracias ocidentais, de um programa maioritariamente sufragado pelo povo.

Espero bem que todos os partidos democráticos dêem prova de bom senso, espírito de diálogo e de sentido nacional, de modo a aperfeiçoarem o texto da nossa lei fundamental, dando resposta positiva às responsabilidades que lhes estão atribuídas.

A revisão constitucional será um ponto alto da prova de credibilidade a que está sujeita a oposição democrática.

Aí se verá em que medida ela está liberta dos fantasmas do passado, se é capaz de assumir-se diferente e independente daqueles que não estão sinceramente interessados na estabilidade política, no desenvolvimento do País e na melhoria do bem-estar, porque só conseguem crescer na crise, na estagnação económica e no agravamento das condições sociais.

É na revisão constitucional que se verá quem de facto lidera a oposição e se a oposição democrática pode vir a ganhar o estatuto de alternativa credível.

*Aplausos do PSD.*

Mas não só a nossa lei fundamental carece de aperfeiçoamento.

Apesar de termos formado o Governo com extraordinária rapidez, tal não evita que o seu programa seja submetido à apreciação da Assembleia da República quase cinco meses após a votação da moção de censura no anterior parlamento. Obviamente que é tempo demais para resolver uma crise política e para o País dispor, de novo, de um executivo em plenitude de funções.

Tudo isto porque a lei eleitoral estipula prazos rígidos que têm de ser observados, impedindo o abreviar

de todo o processo iniciado em 3 de Abril passado. Estou certo de que todos nesta Assembleia, tal como a opinião pública em geral, sentem ser inadmissível um tal prolongamento artificial de crises, que deveriam ser ultrapassadas em semanas, como é de resto norma corrente na maioria dos países da Europa Ocidental.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Compreende-se e aceita-se a intenção do legislador quando — no período inicial e altamente incerto da vida democrática possibilitada pelo 25 de Abril — houve por bem rodear-se de todas as precauções e cautelas, de maneira a garantir a total isenção e autenticidade dos actos eleitorais. Felizmente a democracia está hoje bem enraizada na vida nacional. Os Portugueses, de 1975 para cá, deram inúmeras provas da sua maturidade cívica, designadamente em sucessivas eleições, que decorreram sempre de forma democraticamente exemplar. Parece, pois, chegado o momento de se reverem preceitos da legislação eleitoral que a experiência revelou serem desnecessários e até inconvenientes para o regular e eficaz funcionamento das instituições democráticas.

Numa outra frente onde a conveniência de trilhar novos caminhos igualmente se faz sentir, o Governo empenhar-se-á para que esta Assembleia crie condições para que se dêem passos seguros no caminho da regionalização do continente, a qual deve visar, em primeiro lugar, o desenvolvimento económico e social equilibrado do País, reduzindo as assimetrias existentes.

A regionalização é uma questão complexa e delicada que respeita à organização do Estado, que não pode de forma alguma pôr em causa a coesão nacional, devendo por isso ser encarada pelos partidos democráticos com grande cuidado e ponderação.

Entendemos que se deve começar pela definição das funções e competências das regiões administrativas, tendo presente a necessidade de reforçar a participação dos cidadãos na vida colectiva, aumentar a eficácia da Administração Pública e evitar conflitos com as autarquias existentes.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Convidamos a oposição democrática a associar-se à realização das grandes reformas necessárias ao desenvolvimento do País e a partilhar um êxito que queremos de facto colectivo.

*Aplausos do PSD.*

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Sendo o desenvolvimento do País, neste momento e durante longos anos, a nossa grande luta, a política económica e financeira ocupa um lugar de relevo no Programa do Governo. Em continuidade com o que se passou no anterior executivo, essa política será caracterizada pela coerência, pelo rigor, pela transparéncia e pela consequente credibilidade, geradora de confiança.

A estratégia para os próximos quatro anos visa o crescimento e o ajustamento estrutural da economia portuguesa. A execução de tal estratégia, de forma gradual e em concertação social, permitirá conciliar o crescimento e a modernização da economia com a redução do desemprego e da inflação, mantendo sob controle as contas externas.

Nos últimos vinte meses foram dados passos significativos na melhoria das condições de vida dos Portugueses, mas ainda é grande o nosso atraso em relação aos restantes países comunitários. Queremos construir um país mais próspero e mais justo, e, por isso, os nossos objectivos são ambiciosos, se bem que realistas. A economia portuguesa irá crescer nos próximos quatro anos a taxas superiores à média das Comunidades Europeias.

A nossa estratégia de progresso assenta no reconhecimento do papel primordial da iniciativa privada, da concorrência e dos mecanismos de mercado e dá ênfase à convergência entre as expectativas dos agentes económicos e os objectivos nacionais definidos pelo Governo.

A actividade empresarial privada, com o seu dinamismo e a sua capacidade de iniciativa, revelar-se-á decisiva nesta fase, em que se prepara o fim dos períodos de transição do processo de integração da nossa economia nas Comunidades Europeias. O Governo considera particularmente importante o estímulo ao aparecimento de jovens empresários, abertos à inovação, à informação e ao risco, preparados para competir em mercados abertos e agressivos, confiando muito mais em si próprios do que no orçamento público.

O Estado reduzirá a sua acção, melhorando-a, a um papel predominantemente incentivador, regulador e fiscalizador. As intervenções estatais directas serão restringidas e a era do paternalismo do Estado será definitivamente encerrada.

Defendemos o mercado porque é o único sistema compatível com a liberdade individual e a eficiência económica. Mas valorizar o mercado não significa sacralizá-lo. A vida de uma nação não pode reduzir-se simplesmente ao paradigma do mercado.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Constitui princípio norteador da acção do Governo a justiça social, sendo legítimas e necessárias políticas adequadas à sua prossecução. O Governo continuará a prestar atenção particular àqueles que são de entre nós os mais desfavorecidos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Interferindo o menos possível nos mecanismos do mercado, mas suprindo as suas insuficiências, o Estado intervirá em defesa dos mais pobres, dos menos capazes, dos mais limitados por motivos de idade ou doença, bem como contribuirá para garantir a todos um mínimo de segurança contra os imprevistos da vida.

A redução do atraso de Portugal face à Europa exige um grande esforço de investimento, cuja expansão sustentada deverá ser assegurada essencialmente pelo sector privado, cabendo ao Estado dotar o País das infra-estruturas necessárias à modernização.

O processo de desenvolvimento em que estamos empenhados abrange também, e com forte prioridade, a correcção dos desequilíbrios regionais. Este imperativo estará presente, particularmente, nas políticas de investimento público, valorização dos recursos humanos e criação de oportunidades de emprego.

A expansão do investimento determinará acréscimos das importações, dada a nossa dependência externa em

bens de equipamento, mas a situação será sempre mantida sob controle, evitando os défices externos excessivos e o regresso aos tempos de forte austeridade.

É por isso, e também para manter o controle da inflação, que a expansão do consumo deve ser moderada, através, designadamente, de uma evolução realista dos salários, de uma política monetária não expansionista e da contenção das necessidades de financiamento do sector público.

Já provámos ser possível vencer a batalha anti-inflacionista. No mês de Julho passado a taxa de crescimento dos preços situava-se em 9,2%, quando no mesmo mês de 1985 era ainda de 17,3%. Continuaremos a dar alta prioridade à estabilização dos preços, pois dela depende, a prazo maior ou menor, a melhoria sólida do nível de vida dos Portugueses. Excluindo choques imprevisíveis, está ao nosso alcance atingir uma taxa de crescimento de preços próxima da dos valores médios dos nossos parceiros comunitários a partir de 1989.

Continuaremos a seguir uma política salarial consistente com a redução da inflação e articulada com os ganhos da produtividade, garantindo a aumento do poder de compra dos salários.

Esta orientação permitiu alcançar resultados positivos nos últimos vinte meses, e por isso foi entendida pelos trabalhadores, que não se deixaram conduzir por reivindicações enganadoras alimentadas por falsos defensores dos seus interesses.

O Governo prosseguirá a política de combate ao desemprego, mas preferindo a solidez da criação de postos de trabalho em unidades competitivas, à ilusão de manter empregos improdutivos, artificialmente protegidos.

Empenhar-nos-emos no aprofundamento da experiência de concertação social que o anterior governo e os parceiros sociais lograram realizar, com evidentes benefícios para os trabalhadores e para o País.

Espera o Governo que as empresas e os sindicatos continuem igualmente empenhados em usar com moderação e inteligência a influência de que dispõem sobre os preços e salários, por forma que os objectivos quanto à inflação e ao desemprego sejam mais solidamente alcançáveis.

Na sequência de passos dados recentemente, o Governo tudo fará com vista à assinatura, no Conselho Permanente de Concertação Social, de um acordo de política de rendimentos de médio prazo. Estou convicto de que os trabalhadores saberão aceitar uma evolução dos salários reais que salvaguarde a competitividade da economia portuguesa e estimule o emprego: ou seja, salários reais positivos, mas moderados, em troca de menos desemprego. E estou certo de que os empresários saberão adoptar uma gestão dos preços e das margens de lucro em consonância com o processo desinflacionário, apostando no reinvestimento produtivo dos lucros. Em contrapartida, o Governo não agravará a carga fiscal sobre o emprego e a iniciativa: sobre quem trabalha, quem aforra, quem arrisca.

Com uma economia necessariamente aberta ao exterior, Portugal alcançará o desenvolvimento e o progresso na medida em que for internacionalmente competitivo. A agressividade externa da economia portuguesa terá de ser garantida essencialmente pelo investimento e modernização das empresas, pelo significativo incremento da produtividade e pela moderação

dos custos salariais. Não podemos voltar a cair no ciclo vicioso de inflação, desvalorização e mais inflação, que conseguimos interromper em 1986.

O aumento da produtividade, isto é, a utilização mais eficiente do nosso trabalho, capital, terra e recursos naturais, será, nos próximos anos, o factor determinante da competitividade da nossa economia e do nível de vida da população portuguesa.

A estratégia de progresso exigirá, na linha da política seguida em 1986 e 1987, um controle muito rigoroso das contas públicas, visando a redução do défice e evitando o financiamento monetário do mesmo.

Prosseguirão, por outro lado, o alargamento e a modernização do sistema financeiro, consolidando os novos instrumentos e instituições, permitindo uma maior diversificação na aplicação de poupanças e na obtenção de financiamento. Esta é, aliás, uma área onde foram dados passos significativos nos últimos anos.

O reactivar do interesse pela actividade da bolsa — num condicionalismo que nada tem a ver com circunstâncias do passado — é, em si, em fenómeno saudável, pois o sistema económico não progride sem um mercado de capitais, e, dentro dele, um mercado de títulos, a funcionar com eficiência.

Temos uma política económica coerente, temos uma vontade determinada para a executar e temos o apoio inequívoco do eleitorado, que deste modo confirmou a justeza da nossa acção.

Encerrámos o ciclo de expansão/contracção que marcou demasiados anos da nossa vida económica, com periódicas e severas quebras de salários reais e do nível de vida das famílias, bem como do investimento e do emprego.

O País encontra-se numa nova e mais promissora fase da sua história económica: a fase de reconstrução, do desenvolvimento, da correcção dos desequilíbrios estruturais, da aproximação gradual aos padrões europeus de bem-estar.

Espero bem que esta Assembleia se associe de modo positivo à concretização desta etapa histórica para Portugal.

No quadro desta nova fase da vida nacional, e até como sua condição, o Governo dará continuidade ao trabalho já iniciado em prol da modernização da nossa administração pública, visando adaptá-la às necessidades da sociedade de progresso e mais bem-estar que estamos a construir.

Será reforçado o papel do Secretariado para a Modernização Administrativa na criação de uma administração pública mais célere, eficaz e personalizada, aberta à inovação e métodos de gestão modernos, claramente orientada para servir melhor os utentes, cidadãos e agentes económicos e favorecer o desenvolvimento do País.

A reforma profunda da instituição administrativa é contudo um processo complexo e demorado, que para ter êxito requer um esforço conjugado de todos os órgãos de soberania, de entidades públicas autónomas, dos meios de comunicação social, dos próprios serviços e dos seus utentes. O Governo empenhar-se-á em suscitar a sua participação na concretização desta tarefa que tem carácter eminentemente nacional.

Na base do esforço de modernização nacional terá de estar ainda um avanço significativo no domínio da investigação científica e tecnológica, área a que temos

atribuído grande importância. Na verdade, com o X Governo Constitucional assistiu-se, neste domínio, a uma viragem que muitos, habituados ao marasmo instalado e às repetidas declarações de intenção não cumpridas, não julgavam possível. As despesas em actividades de investigação e desenvolvimento cresceram a ritmo extremamente elevado, criaram-se estruturas adequadas à sua coordenação a nível global, entrou em marcha um programa mobilizador para a ciência e tecnologia, que já começou a dar os primeiros frutos, deram-se passos no sentido da criação de condições para o alargamento da comunidade científica, incentivou-se a investigação aplicada.

O Governo continuará a apostar fortemente na investigação científica e tecnológica, ciente do seu inexcusável contributo para o desenvolvimento económico, social e cultural do País.

Por outro lado, e na linha do que fez o executivo anterior, este governo confia de forma nítida e afirmativa na juventude portuguesa.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não só entendemos ser nosso dever proporcionar aos jovens um Portugal melhor, como constitui nossa firme convicção que os jovens são, eles próprios, factor decisivo para ganhar a batalha da modernidade.

*Aplausos do PSD.*

Os jovens portugueses representam não apenas um enorme capital de esperança; eles são já hoje os principais protagonistas do processo de mudança de mentalidades no sentido de autonomia e da abertura à inovação e ao risco de empreender.

O Governo continua a considerar como uma das suas prioridades o desenvolvimento de uma política global e integrada de juventude.

Visamos, nomeadamente, aumentar as oportunidades de emprego dos jovens, criar-lhes possibilidades de acesso à actividade empresarial, mobilizá-los para a ciência e tecnologia e facilitar a aquisição de casa aos jovens casais.

Privilegiaremos, por outro lado, a execução do plano de combate à droga, conscientes como estamos das consequências dramáticas deste flagelo social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O regime de autonomia política e administrativa de que gozam os arquipélagos dos Açores e da Madeira têm-se revelado como um dos aspectos mais positivos da nova democracia portuguesa e constitui um projecto nacional que o Governo assume inequivocamente.

*Aplausos do PSD.*

Doze anos após o 25 de Abril, e tal como a democracia e a liberdade, a autonomia regional dos Açores e da Madeira é hoje uma realidade indiscutível, um dado adquirido da vida política portuguesa.

No quadro da integridade da soberania do Estado, o regime autonómico regional constitui a resposta correcta aos problemas específicos dos arquipélagos e às justas aspirações de progresso das populações insulares, ao mesmo tempo que contribui para fortalecer a unidade nacional e a solidariedade entre todos os Portugueses.

Empenhar-se-á, assim, o Governo em aperfeiçoar o mecanismo de relacionamento entre o governo da república e os órgãos de governo próprio das regiões numa cooperação aberta e eficaz, geradora de progresso, no respeito pelos preceitos constitucionais e estatutários. Do mesmo modo procurará o Governo melhorar e modernizar os serviços do Estado instalados nas ilhas, a fim de tornar o seu funcionamento mais útil e mais eficiente.

*Aplausos do PSD.*

No âmbito das comunidades europeias, o Governo continuará a empenhar-se de forma a que sejam tidas em devida consideração as especificidades dos Açores e da Madeira enquanto regiões europeias das mais periféricas. Prosseguirá, por outro lado, a valorização das posições estratégicas das regiões autónomas no plano da política externa portuguesa, com o consequente reforço da afirmação do País na cena internacional, bem como procurando garantir direitos e vantagens para o desenvolvimento económico-social das próprias regiões e o País em geral.

Como anunciei no discurso de tomada de posse, a nossa política externa reflectirá a continuidade da acção X Governo, pautando-se sempre pela defesa intrinsígena dos interesses portugueses na área internacional.

Na linha directa do destaque que a história nos concede, e da nossa tradição universalista, Portugal pode agora desenvolver iniciativas em política externa que projectem os nossos interesses e as nossas responsabilidades históricas em diversas regiões do mundo. Disponemos hoje de acrescida credibilidade internacional, que vai a par com a estabilidade política e o ciclo de progresso que o País agora conhece. É nossa firme intenção, mas é também um dever nacional, aproveitar adequadamente as condições que soubemos criar no plano interno, projectando-as na afirmação de Portugal na cena internacional.

As relações com África, e sobretudo o estreitamento dessas relações com os países de língua oficial portuguesa, são para o Governo uma clara prioridade na acção externa. A clarificação do quadro político das relações com esses países a que o governo anterior procedeu, colocando-as inequivocamente no plano dos interesses do Estado, permitiu criar condições para uma nova fase de relacionamento, que se augura promissora. O respeito pelas instituições políticas vigentes, o diálogo exclusivo com os governos estabelecidos e a procura de benefícios mútuos na área da cooperação são as linhas essenciais que o Governo continuará a prosseguir.

Ao mesmo tempo que procuraremos melhorar a coordenação de todos os esforços no domínio da cooperação, diversificaremos os planos da nossa actuação, dentro dos limites ditados por imperativos financeiros, acentuando e incentivando os aspectos relacionados com a língua portuguesa e os factores culturais, veículos indispensáveis para o desenvolvimento de uma cooperação mutuamente benéfica nas outras áreas.

Aproveitando a nossa capacidade de diálogo, e com a aceitação dos governos constituídos, procuraremos dar conteúdo mais concreto às nossas especiais responsabilidades históricas na África Austral, onde importa reduzir as interferências externas e diminuir o nível de conflitualidade, por forma a permitir a plena expressão

de todos os povos da região e a criar condições para o desenvolvimento económico e a redução do sofrimento humano.

Como é conhecido, Portugal assinou em Abril último com a República Popular da China uma declaração conjunta sobre a questão de Macau. Trata-se de um importante acordo internacional que define as condições para a transferência do exercício da soberania sobre Macau a partir de Dezembro de 1999 e que fixa as políticas fundamentais que a China se compromete a aplicar no território durante 50 anos após aquela data.

Antes da assinatura, informei todos os partidos da oposição parlamentar sobre as negociações mantidas e tive ocasião de explicar aos Portugueses e, depois, aos habitantes de Macau, o acordo a que se chegou.

Assumi o compromisso, que reafirmo, de que o Governo tudo fará para manter a estabilidade e o progresso de Macau e da sua população até 1999. Sei ser essa igualmente a vontade do Sr. Presidente da República, a quem a Constituição atribui especiais responsabilidades na governação de Macau.

É intenção do Governo submeter com prioridade à aprovação da Assembleia da República o acordo assinado com a República Popular da China, já que apenas entrará em vigor após a troca dos instrumentos de ratificação. E afigura-se importante que possa ocorrer com a brevidade possível, não apenas tendo presente os interesses de Macau, como ainda para estabelecer condições novas de relacionamento com a grande nação chinesa e de afirmação de credibilidade de Portugal, sobretudo no Oriente.

Ainda no plano externo, o Governo irá prosseguir iniciativas, em acordo com o Sr. Presidente da República, que possam conduzir a uma solução digna da questão de Timor-Leste.

Desenvolveremos esforços para que se realizem progressos na negociação internacional a que foi remetido, desde 1975 e claramente no quadro das Nações Unidas desde 1982, o futuro de Timor e da sua população.

Importa garantir o pleno respeito da identidade cultural e religiosa do povo de Timor-Leste e preservar a presença da cultura portuguesa naquele território. É necessário procurar soluções realistas que considerem a evolução desta questão na cena internacional e que ressalvem agora a dignidade de Portugal.

É intenção do Governo solicitar a acrescida colaboração da Assembleia da República na procura das referidas soluções, já que, por tratar-se de uma questão nacional, a ela devem ser associados todos os órgãos de soberania.

A vocação atlântica portuguesa complementa, por razões históricas, mas também geopolíticas, a nossa presença nas Comunidades Europeias. A activa participação nas estruturas política e militar da OTAN, que iremos prosseguir, é condição necessária para a afirmação da independência nacional e contributo valioso para a defesa dos valores ocidentais.

A profundidade estratégica portuguesa apenas se assume plenamente na componente atlântica, que importa valorizar, nomeadamente no contexto de negociações que poderão definir novos conceitos de segurança na Europa.

Paralelamente, a plena realização e o aprofundamento da integração europeia constitui uma das nossas grandes prioridades.

Ao contrário do que anunciam alguns, sempre prontos para descrever das capacidades do povo português, é positivo e mesmo muito encorajador o balanço dos primeiros dezanove meses após a adesão às Comunidades Europeias. Na vertente política, mas também nos planos económico, financeiro e social, a integração desenvolveu-se com grande normalidade, não dando origem a quaisquer rupturas.

Realizámos um esforço permanente de negociação para a defesa dos nossos interesses e conseguimos um bom aproveitamento dos benefícios da adesão em vários sectores. O saldo global dos fluxos financeiros foi francamente favorável a Portugal em 1986, ultrapassando 30 milhões de contos, e temos razões para crer que este ano será atingido um nível significativamente superior, como temos vindo a defender com empenho.

Por outro lado, iniciámos a aplicação do PEDAP — Programa Específico para o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa, negociámos a adaptação dos acordos existentes entre as Comunidades e os Países do Sul do Mediterrâneo e aderimos à Convenção de Lomé, o que se afigura de particular interesse para a nossa política de cooperação. Obtivemos ainda um compromisso sobre a realização do PEDIP — Programa Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa, que não passava de mera declaração de intenção no Tratado de Adesão.

Mas nos próximos quatro anos aproximamo-nos-emos do final dos períodos transitórios negociados, durante os quais beneficiamos de regimes especiais: até 1992 decorre a transição estabelecida para o sector industrial e em fins de 1990 termina a primeira fase da transição para a agricultura.

O Governo empenhar-se-á fortemente no pleno aproveitamento dos impulsos que a adesão proporciona à modernização e ao desenvolvimento do País e na realização das adaptações nas estruturas produtivas, financeiras e administrativas, no avanço do desenvolvimento científico e tecnológico e na mudança de mentalidades necessária para enfrentar uma concorrência mais forte.

O sucesso da integração europeia não é, nem pode ser, apenas obra do Governo, mas de todos os Portugueses, sendo necessário garantir uma ampla conjugação de esforços, mobilizando para o efeito os agentes económicos, sociais e culturais.

Não encaramos a nossa adesão às Comunidades apenas em termos de balanço financeiro. Continuaremos a garantir uma activa participação no processo de construção europeia. Ao aderir, enriquecemos a Europa Comunitária com o prestígio da nossa história, a nossa experiência no relacionamento com outros povos e culturas, uma nova perspectiva atlântica e ainda a garantia de estabilidade numa área estratégicamente importante para a segurança europeia.

A Europa tem à sua frente, com a realização do Acto Único Europeu, o desafio da mais importante alteração desde os alargamentos. Tudo faremos para que seja garantida adequada expressão à coesão económica e social no espaço comunitário, sem a qual perderia sentido o próprio ideal europeu. Não poderá haver realização do grande mercado interno europeu sem uma convergência das economias, através de acções que favoreçam a rápida redução das assimetrias regionais.

Entendemos ainda que é indispensável a rationalização da política agrícola comum, que deve reflectir a realidade dos mercados e resolver o problema dos excedentes, assim como a alteração da estrutura do orçamento, no sentido do aumento dos recursos próprios, do financiamento de acordo com a prosperidade dos países e de uma adequada provisão dos fundos estruturais e sua aplicação às regiões mais desfavorecidas.

Como nação aberta ao mundo, Portugal integra não apenas os portugueses que residem no território nacional, mas também aqueles que vivem noutras países.

O Governo continuará a acompanhar e a proporcionar às comunidades portuguesas no mundo a defesa dos seus interesses e dos seus direitos. Os nossos compatriotas que vivem e trabalham no exterior constituem comunidades respeitadas, que contribuem para a riqueza e desenvolvimento dos países onde se encontram e que engrandecem o nome de Portugal. Eles são a expressão moderna da nossa vocação universalista e humanista. Devemos-lhes respeito, mas temos também a responsabilidade de prosseguir adequada política de defesa na promoção da nossa língua e da nossa cultura, o elo mais forte de uma nação espalhada por todos os continentes, tendo em conta as especificidades das segunda e terceira gerações que compõem as comunidades portuguesas no estrangeiro.

#### *Aplausos do PSD.*

O fortalecimento da Nação Portuguesa envolve uma acção constante e atenta no plano da defesa.

A realização dos objectivos permanentes da política de defesa nacional, para além de acções dirigidas ao fortalecimento da solidariedade e da vontade colectiva de defesa, exige, por um lado, o desenvolvimento adequado do planeamento civil de emergência e, por outro, que as Forças Armadas disponham de meios e condições necessários ao cumprimento das suas missões.

As Forças Armadas actuam conforme as orientações dos órgãos constitucionais competentes e têm dado uma contribuição valiosa e única para o exercício da política de defesa nacional. Mas o Governo reconhece a necessidade de avançar na sua modernização e, nesse sentido, prosseguirá as acções de reequipamento das Forças Armadas, sendo as suas necessidades formuladas em termos de objectivos de forças escalonados no tempo, no quadro da programação a prazo introduzida pelo governo anterior.

Considera também o Governo ser urgente o estabelecimento da estrutura orgânica do Ministério da Defesa Nacional, porque parte significativa das questões de defesa não é exclusivamente militar e todas elas têm extensas implicações políticas, que são plenamente assumidas pelo Governo, como lhe compete.

A participação activa de Portugal na OTAN continua a ser uma componente essencial da política de defesa, com a consequente satisfação das responsabilidades militares assumidas.

No plano dos acordos bilaterais com países aliados, o Governo continuará a defender intransigentemente os interesses nacionais, procurando garantir para Portugal as vantagens que nos são devidas e, simultaneamente, manter e ampliar a nossa capacidade de afirmação como país soberano, no quadro da solidariedade ocidental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acabo de apresentar-vos algumas das reformas e das políticas que nos propomos executar durante a presente legislatura.

Seria materialmente impossível desenvolver agora, ainda que de forma sintética, todas as medidas a pôr em prática nos mais diversos sectores da actividade governativa.

Por isso, peço a vossa melhor atenção para o Programa do Governo, onde apresentamos sistematicamente as principais orientações, as principais políticas e medidas a adoptar.

Quero, contudo, sublinhar que a não referência neste discurso a alguns desses sectores não significa qualquer subestimação da importância dos mesmos e das prioridades a eles concedidas no quadro global da acção governativa.

Uma palavra final sobre as comemorações dos descobrimentos.

O governo empenhar-se-á na realização condigna das comemorações dos 500 anos do ciclo das descobertas portuguesas.

As celebrações têm um duplo alcance, decididamente virado para o futuro: constituem um encontro dos Portugueses com a sua história gloriosa que importa projectar no país que estamos a criar para os nossos filhos; são, por outro lado, uma oportunidade para acentuar ao Mundo o nosso contributo para o conhecimento mútuo entre povos e culturas diferentes, a nossa disponibilidade e o nosso desejo em assumir as responsabilidades históricas que acumulámos nestes 500 anos.

#### *Aplausos do PSD.*

Assumem particular significado, neste contexto, as celebrações que preparamos já com o Brasil, a maior nação de língua portuguesa, e que culminarão, no final deste século, o ciclo de comemorações dos descobrimentos.

Aliás, não podem separar-se estas comemorações de um novo impulso no vector cultural da nossa política externa, já que a nossa língua e as referências à cultura portuguesa estão presentes em todos os continentes. Por certo, na África e nas Américas, mas também na Ásia e no Pacífico, onde importa cada vez mais afirmar o presente numa perspectiva que inclua as raízes de um passado que nos prestigia.

Importa valorizar a nossa dimensão nacional. As comemorações dos descobrimentos, que tão decisivos foram para o advento do mundo moderno, constituem, para todos nós Portugueses, uma ocasião única para aprofundarmos o significado de pertencer a um dos Estados-Nação mais antigos do Mundo. Conscientes da nossa identidade, e numa altura em que enfrentamos o desafio da modernização e do desenvolvimento, as comemorações devem também ser a inspiração e o estímulo para as tarefas nacionais em que estamos empenhados. O orgulho de ser português nada tem a ver com nacionalismos doentios. Bem pelo contrário, a Nação Portuguesa caracteriza-se por uma extraordinária capacidade de abertura a outros povos e a outras civilizações, que talvez como nenhum outro povo sabemos pôr em contacto. Um tal espírito universalista — radicado, importa sublinhar, num carácter nacional fortemente marcado — representa, no mundo em que vivemos, um riquíssimo potencial de diálogo à escala universal, de interpenetração de culturas e de mentalidades e de convívio pacífico entre os povos.

#### *Aplausos do PSD.*

Ao contrário do que alguns levianamente poderão ter julgado, a nova fase da nossa história em que entrámos após a descolonização e a adesão à Europa Comunitária não põe em risco a identidade nacional, forjada ao longo de muitos séculos e perfeitamente consolidada. Conhecer, divulgar e valorizar a dimensão nacional não é portanto uma acção defensiva contra quaisquer fantasmas de perda de identidade.

Vamos comemorar os descobrimentos sem quaisquer sentimentos de saudosismo próprios de quem precisa de encontrar nas glórias de outros tempos compensação para as frustrações do presente.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Deve presidir às comemorações o espírito da tradição, realidade viva que mergulha as suas raízes no passado — e por isso é sólida — e se projecta para o futuro nos condicionalismos e modalidades no mundo novo que está a nascer e para cuja construção Portugal tem uma importante contribuição a dar.

Celebramos o passado com os olhos postos no futuro. Tal como fomos grandes outrora, seremos agora capazes de transformar o nosso país numa nação desenvolvida e mais justa. Durante os próximos quatro anos joga-se a grande batalha da modernidade nacional. Temos boas condições para a ganhar; a primeira das quais é a renovada confiança em si próprios que, de forma crescente, os portugueses revelam.

O Governo tudo fará para cumprir integralmente a quota-parte que lhe cabe nesta empolgante tarefa. Não receamos as dificuldades e assumimos os riscos. Empenhar-nos-emos com todas as nossas forças e todo o nosso saber em servir Portugal.

#### *Aplausos do PSD.*

#### *Aplausos.*

**O Sr. Presidente:** — De acordo com o que ficou determinado na reunião de líderes dos grupos parlamentares teremos agora um intervalo de 30 minutos, a que se seguirá um período de pedidos de esclarecimento à intervenção que acaba de ser proferida pelo Sr. Primeiro-Ministro.

No entanto, como o tempo atribuído aos partidos para os pedidos de esclarecimento nos levará até um pouco depois das 13 horas, a Mesa propõe, se nisso não houver inconveniente, que retomássemos os trabalhos às 12 horas e 25 minutos e terminássemos o período de perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro antes do intervalo para o almoço, ficando as respostas para após esse mesmo intervalo.

Não havendo inconveniente, assim se fará.

Estão suspensos os trabalhos.

*Eram 11 horas e 55 minutos.*

Srs. Deputados, estão reabertos os nossos trabalhos.

*Eram 12 horas e 40 minutos.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

**O Sr. Raul Castro (ID):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O discurso que hoje aqui ouvimos é, em primeiro lugar, um discurso em que se esquece que este

governo tem já vinte meses de actividade, através do exercício de funções do anterior governo, com o mesmo Primeiro-Ministro e, no essencial, com os mesmos ministros que hoje compõem este governo.

Aliás, trata-se de um fenómeno cíclico, porquanto V. Ex.<sup>a</sup>, quando apresentou o Programa do X Governo, também procurou fazer esquecer que o PSD tinha participado no anterior governo —o Governo do «bloco central»—, procurando, desta forma, desligar-se totalmente das responsabilidades que ao partido do Governo cabiam.

Por outro lado, é um discurso de identificação com certos interesses que representam a concentração de rendimentos num sector restrito. Aqui permito-me observar, em abono de tal tese, o seguinte: por um lado, afirma-se a p. 41 do discurso do Sr. Primeiro-Ministro que os trabalhadores saberão aceitar salários reais positivos, mas moderados; por outro lado, nada se diz que faça alterar o ritmo da proporção da distribuição dos rendimentos do trabalho em relação aos rendimentos do capital, que, como se sabe, têm vindo a aumentar em relação aos rendimentos do capital já desde o anterior governo e mesmo antes.

No que diz respeito à revisão constitucional deseja-se pôr ao Governo as seguintes questões: em primeiro lugar, torna-se claro que quando o Governo fala, através de V. Ex.<sup>a</sup> no seu discurso, numa lei básica não ideologicamente enviesada, do que se trata é de lhe dar um outro sinal ideológico diferente daquele que ela tem; em segundo lugar, é também evidente que, ao apresentar o seu Programa, o Sr. Primeiro-Ministro apresenta o projecto do PSD como um projecto de sacralização da revisão constitucional. Isto é, aliás, visível na ideia aqui afirmada de querer impor o seu próprio projecto a uma força política estranha —que é até uma força política bastante representativa, como é o caso do Partido Socialista—, na medida em que diz «vamos ver se o Partido Socialista virá ou não a ter em conta as propostas do PSD, para poder desempenhar determinada função alternativa na vida política portuguesa».

Para V. Ex.<sup>a</sup>, portanto, trata-se de um projecto sagrado, e não de um projecto como o de um qualquer outro partido.

Finalmente, no que respeita à integração europeia, afirma-se a p. 52 do discurso que é positivo e muito encorajador o balanço dos primeiros dezanove meses de adesão à CEE. Gostaria que me fosse explicado como é possível fazer esta afirmação, quando é sabido que nos últimos seis meses o défice da balança comercial aumentou 50%, tendo esse défice vindo já aumentar clamorosamente durante o anterior governo de V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado João Correger da Fonseca.

**O Sr. João Correger da Fonseca (ID):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Programa governamental constitui, na nossa opinião, uma versão que podemos classificar de algum modo repetitiva da apresentada por V. Ex.<sup>a</sup> em 1985.

O Sr. Primeiro-Ministro disse-nos há pouco que este é apenas um aprofundamento do Programa do X Governo Constitucional. Nós, contudo, não classifi-

camos este documento de aprofundado; diremos, isso sim, Srs. Deputados, que é ainda mais radicalizado que o anterior.

Para além deste aspecto negativo, verifica-se que o Governo manifesta algumas intenções que nos preocupam e que podem, no caso de virem a ser aplicadas, criar instabilidade social, não concorrendo por certo para um eficaz desenvolvimento do País e para o bem-estar dos Portugueses.

Destacamos, desde já, algumas dessas intenções: o Governo pretende alterar a lei eleitoral, a lei laboral, a lei das organizações sindicais, a lei dos licenciamentos da rádio e da televisão; pretende revogar leis, como a Lei n.º 28/87, aprovada em Junho, sobre o acompanhamento pela Assembleia da República dos negócios com a CEE; pretende transformar radicalmente o sector empresarial do Estado, destruindo-o e entregando-o a grupos de pressão económica; pretende entregar todos os jornais estatizados, mais canais de rádio e da televisão a grupos de pressão económica; pretende destruir a Lei de Bases da Reforma Agrária, como o Sr. Primeiro-Ministro, com grande ênfase, há momentos nos transmitiu.

Perante esta breve síntese e este tão negativo e preoccupante quadro, Sr. Primeiro-Ministro, pedia a V. Ex.<sup>a</sup> alguns rápidos esclarecimentos.

Que alterações pretende o Governo introduzir à Lei Eleitoral? Certamente não serão apenas as alterações tendentes a proporcionar um conhecimento mais célere dos resultados eleitorais e a tomada de posse dos governos num espaço de tempo mais curto — medida com a qual, de certo modo, até poderemos estar de acordo.

Qual será, Sr. Primeiro-Ministro, a constituição dos executivos municipais maioritários de que fala o Programa do Governo? Que tipo de alterações à lei eleitoral para as autarquias locais pretende o Governo introduzir, tendo em conta os próprios limites constitucionais?

Finalmente, declara-se no Programa do Governo que se devem optimizar os efeitos da nossa adesão às Comunidades, no sentido da modernização e desenvolvimento do País. Ora o exemplo destes últimos dois anos leva-nos a recuar que não haja modernização nem desenvolvimento do País. O enunciado do Programa e do seu próprio discurso, Sr. Primeiro-Ministro, não nos esclarece suficientemente, pelo que lhe pediria uma explicação mais exacta de como pretende o Governo atingir estas metas de modernização e de desenvolvimento do País.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

**O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ouvimos com a máxima atenção a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro e do discurso que proferiu queria destacar alguns aspectos, dentro do pouco tempo de que disponho.

O primeiro foi um que me chocou muito particularmente. Da audição do discurso ficou-me uma grande dose de xenofobia política, que é um fenómeno que ultimamente tem surgido em certas democracias ocidentais, mas, permita-me que lhe recorde, Sr. Primeiro-Ministro, não a níveis tão elevados como o que aqui se viu no discurso que proferiu.

Existem aspectos verdadeiramente preocupantes no discurso de V. Ex.<sup>a</sup> no que respeita, por exemplo, à defesa do território e à sua integridade. Gostaria que me explicasse como é possível compatibilizar a independência de Portugal (a integridade do nosso território) com a instalação no nosso território de uma estação de rastreio de satélites, que todos sabemos irá contribuir para facilitar a vida a determinada potência, no sentido de permitir levar por diante um programa que dá pelo nome pomposo de «Iniciativa de Defesa Estratégica» e que 98 % dos próprios cientistas americanos, segundo o último estudo revelado, estão convencidos de que nada tem a ver com a defesa, mas sim com a implementação de um programa agressivo, que vai dificultar os esforços mundiais no sentido do desarmamento e da paz.

Permita-me, Sr. Primeiro-Ministro, que lhe diga que considero que perdeu uma oportunidade soberana de ter afirmado o dever que temos, enquanto Portugueses, de contribuir para a paz mundial, que é o principal objectivo de todos os povos, sobretudo tendo em conta que a determinada altura do seu discurso afirmou que Portugal estava em posição privilegiada para começar a fazer uma política externa pela positiva.

Há, sim, no seu discurso, a preocupação de garantir que as Forças Armadas serão modernizadas, não sendo possível descortinar qual a relação existente entre a modernização das Forças Armadas e a defesa urgente do nosso território — e posso recordar aqui os últimos acontecimentos lamentáveis no que diz respeito à defesa da nossa zona económica exclusiva, que, a não serem convenientemente esclarecidos, contribuirão para agravar o fosso existente entre os dois povos peninsulares.

Como pretende o Governo salvaguardar a integridade do território e conseguir o apoio dos cidadãos na defesa nacional se com a instalação da dita estação de rastreio de satélites se vai pôr em risco a segurança desses mesmos cidadãos?

Aproveito para fazer aqui um breve parêntesis: V. Ex.<sup>a</sup> não foi claro, nem na intervenção nem no Programa do Governo, quanto à provável e anunciada trasladação da base dos F-16 americanos de Espanha para Portugal. Gostaria que deixasse claro esse ponto, aproveitando para recordar que os analistas são unâmines em considerar que todas as populações onde existem grandes bases norte-americanas constituem centros mundiais de tráfico de droga, são responsáveis (segundo os jornais) por mais de 50 % do casos de SIDA registados na respectiva região, pondo em perigo, no caso de virem a ser instalados em Portugal, a segurança dos cidadãos.

Penso, e o Sr. Primeiro-Ministro pensará de igual modo, que aos cidadãos portugueses interessará mais acordar de manhã sob um céu limpo do que debaixo de um guarda-chuva à prova de hipotéticos mísseis.

Se vier a concretizar-se a política deste Governo em matéria de defesa, seremos um alvo preferencial. Não é isso que o povo português quer.

Falou-se também da juventude. Gostaria de perguntar que tipo de «Cartão Jovem» vai ser atribuído ao jovem Saul Teixeira, que ficou sem uma perna a trabalhar; se há algum «Cartão Jovem» que possa, de facto, ser «um passaporte cultural» para as dezenas de ex-alunos meus que abandonaram o ensino por falta de condições ou para aquelas dezenas ou centenas de

jovens do Norte transmontano que abandonam o País e vão para a Suíça por a considerarem um país da Europa, ao contrário de Portugal.

Sr. Primeiro-Ministro, para finalizar, quero lembrar que nem no Programa do Governo nem no seu discurso houve uma referência concreta à autodeterminação do povo de Timor. Gostaria que deixasse claro se é intenção do Governo Português zelar só pela manutenção da identidade cultural e religiosa do povo de Timor e da matriz cultural portuguesa ou se é intenção do Governo de V. Ex.<sup>a</sup> definir-se inequivocamente pela autodeterminação e apoiar tal posição nas Nações Unidas. É que, como aliás a nossa Constituição impõe, o povo de Timor que habita naquele território sob administração portuguesa deve poder escolher livremente o seu destino.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos.

A Sr.<sup>a</sup> Maria Santos (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> Deputadas e Srs. Deputados: Gostaria de começar a minha intervenção por dizer que é sintomática a não referência às questões de ambiente na sua intervenção.

Ainda que nos tivesse remetido para o Programa do Governo, penso que da sua parte, como Primeiro-Ministro, ao não se referir a área do ambiente, se trata de um acto político; V. Ex.<sup>a</sup> não a referiu porque não o quis fazer. É evidente que nós temos o Programa do Governo para fazermos uma posterior apreciação dessas questões; no entanto, o seu esquecimento prova, em certa medida, um percurso feito anteriormente, ao longo de dezoito meses, em que o ambiente foi, de facto, tratado de modo emblemático, com medidas pontuais, que tiveram uma função política muito objectiva e determinada.

Aliás, um dos seus atributos — e peço desculpa, mas tenho de dizer-lhe isto —, foi o de tentar esvaziar de conteúdo as reivindicações ecologistas, pôr uma pequena venda televisiva nos olhos dos mais incautos.

Mas, agora, porque estamos noutra situação, é necessário comercializar o ambiente e, assim, o próprio Programa do Governo é mais escasso nas questões que se prendem com esta área e marcam uma visão «empresarial — e estou a citar — ao sabor da maior ou menor sensibilização dos cidadãos [...]», assumindo o Governo um papel passivo». Esta é, Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Deputados, uma perspectiva economista.

Aliás, não é por acaso que é retomado o princípio do utilizador/pagador e do poluidor/pagador. Na prática, o utilizador e o pagador não vão pagar a poluição; quem vai pagá-la é o consumidor, somos todos nós, com a aplicação do princípio da internalização das economias externas — que é fundamento do princípio do poluidor/pagador.

Outra questão que também me chocou um pouco foi o facto de se fazerem referências constantes à nossa integração na CEE. Quase parece tratar-se de um milagre desejado, que por fim vimos concretizado, para a resolução de todos os nossos males. Parece-me algo excessivo. Mas, se se deu tanta ênfase a essas questões também seria importante referir os aspectos relacio-

nados com graves acidentes ecológicos acontecidos na Europa e dos quais, pelo menos dos mais recentes, o Sr. Primeiro-Ministro terá conhecimento.

Já agora aproveito para relembrar-lhe um aspecto: as grandes concentrações industriais que existem na Europa estão neste momento a provocar um sério risco na camada de ozono da estratosfera. Estas são também questões que têm de ser levantadas quando se fazem apreciações «tão positivas» sobre a Comunidade Económica Europeia.

Por outro lado, há um outro aspecto que me parece importante e que tem a ver com o facto de o Sr. Primeiro-Ministro ter falado da oportunidade que nós, oposição, tivemos de fazer passar a nossa mensagem. Sobre isso, eu gostaria que me desse o quadro referencial concreto e me dissesse se os instrumentos que permitem informar também estavam na posse da oposição. Isso é importante e, na nossa perspectiva ambientalista, é tanto mais importante quanto temos de ter em conta que hoje a crise ecológica é algo que não podemos escamotear ou esquecer.

Quais os mecanismos que estão ao alcance das vozes minoritárias para poderem dar o seu contributo na resolução destas preocupações?

Gostaria ainda de fazer uma breve consideração sobre os critérios que o Sr. Primeiro-Ministro apresenta para a sua acção política e que são diferentes do nosso posicionamento. Disse V. Ex.<sup>a</sup> achar importante o estímulo que as forças e as vozes minoritárias dão; pois bem, também eu considero isso fundamental e é nessa perspectiva que aqui estamos, ou seja, para fazer mexer por dentro as coisas. Por essa razão dir-lhe-ei que nós, ecologistas, estamos totalmente contra essa visão consumista e economicista deste programa. Do princípio ao fim, desde a educação e cultura ao ambiente, todas essas áreas têm uma carga excessiva desse pendor economicista e consumista.

Como sabe, uma sociedade consumista, uma sociedade de mercado, cria necessariamente uma sociedade de desperdício.

Dir-me-á que são posições diferentes, e são-no! O que me parece é que, simultaneamente, há uma tendência excessiva para estimular o consumo e outra para pedagogizar o sentido desse consumo. E isto é grave, numa visão ambientalista e ecologista.

Por outro lado, da leitura breve que tivemos oportunidade de fazer do Programa do Governo e depois da intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>, parece-me que é bem visível uma política imediatista, e explico-lhe porquê. É porque não toca nos valores, que nós consideramos essenciais, da civilização industrial urbana, que já demonstrou trazer graves riscos ambientais.

Posteriormente, há um conjunto de questões concretas que nós, os ecologistas do Partido Os Verdes, lhe queremos colocar.

Assim, que política de desenvolvimento nos apresenta? Para que futuro? Isso é que é importante determinar a partir das interacções que se estabelecem na lógica de mercado consignada no seu programa.

Como sabe, essa lógica de crescimento incontrolado e anárquico provoca desperdícios, degradação do ambiente. E aqui lembrar-lhe-ei dois recursos naturais — a água e o ar — abundantes no passado, que ainda não se pagam, mas que, se calhar, teremos de pagar futuramente, recursos que estão neste momento, tam-

bém já em algumas regiões de Portugal — e lembro-lhe os rios Alviela e Ave, o Barreiro e Estarreja —, numa situação extremamente difícil.

Hoje há industriais da zona do rio Ave que têm de despoluir a água que já poluíram para a poderem utilizar nas suas indústrias. Isto é sintomático de uma determinada crise ambiental, que também chega infelizmente ao nosso país, e as políticas de desenvolvimento que se perspectivam hoje, no limiar do novo século, não podem ser políticas que ponham em causa a perenidade dos recursos naturais.

Por outro lado, é evidente que não estamos de acordo e gostaríamos de ver um pouco mais desenvolvidos os conceitos de crescimento, de modernidade, de flexibilidade e de eficácia.

É possível defender um desenvolvimento auto-sustentado articulado com esses conceitos economicistas? Pensamos que não!

Por exemplo, diz V. Ex.<sup>a</sup> que, com a privatização, vamos ter mais emprego. Ora mais emprego, mais poder de compra, mais consumismo. É um ciclo!...

#### Risos do PSD.

Acho importante que hoje estejamos conscientes destes problemas. Em 1968 nós dizíamos: «Consumindo mais, vivereis menos.» Hoje, Sr. Primeiro-Ministro, com a apresentação que fez do Programa, digo-lhe: «Cuidado!, porque vamos consumir mais, mas de certeza vamos viver muito menos!»

O Sr. Primeiro-Ministro falou-nos, na sua intervenção — e passarei a citar porque acho ser esta uma forma de realçar o que atrás referi —, «da necessidade de aproximação gradual aos padrões europeus de bem-estar». Será que são esses, hoje, os desafios da modernidade? Será possível que qualquer sociedade (e não só a portuguesa) tenha como padrão, por exemplo, a sociedade norte-americana, ou como objectivo o modo como a sociedade europeia, esbanjado recursos, utiliza de maneira indiscriminada os recursos não renováveis da Terra?

Gostaria ainda de destacar outros aspectos que considero fundamentais e que se prendem com a educação e a cultura. Aqui também me parece algo grave o modo como ao nível da cultura, por exemplo, se fazem sentir esses ventos da economia imediatista/lucrativista.

Evidentemente que depois me falará da importância do «mecenato cultural». Nós não concordamos com isso, conforme já o expressámos anteriormente, mas dizemos quais são as condições objectivas e reais, por exemplo, ao nível de uma educação artística. Aí tem de haver um padrão, um parâmetro referencial com a política educativa, não só ao nível pedagógico, de teorias, que aqui estão explicitadas em três pontos (da liberdade, etc.) e que são, em termos teóricos, extremamente interessantes, mas no concreto, adequando-as a uma determinada realidade. Por exemplo: como é que as crianças de norte a sul do País, não só aquelas que estão nos colégios particulares — e lembro o caso de Cabril —, vão à escola? Como é que é possível fazer articular estas questões, que têm a ver com o sistema educativo existente, com um pronúncio, necessário e fundamental, de um plano nacional de educação artística, se por outro lado temos o mecenato?

Penso que há muita coisa a rever nas áreas da educação e da cultura, por isso pergunto: educar para futuro, para que tempo? Educar para consumidores passivos ou para pessoas activas que se interrogam sobre as coisas e que, portanto, intervêm, talvez não como políticos profissionalizados, mas como pessoas que têm de fazer da política algo de quotidiano, para melhor participarem e melhor construírem também a democracia portuguesa?

Sr. Primeiro-Ministro, eram estas as questões que, em nome do Partido Os Verdes, gostaria de colocar-lhe a si e ao seu governo. Dir-me-á que são questões mais do foro teorizante, mais do foro filosófico. Ainda assim, são questões importantes hoje, Sr. Primeiro-Ministro!

De qualquer maneira, hoje mais do que nunca parece-me extremamente importante reflectir sobre o sentido que vamos dar ao nosso futuro colectivo. Se precisar do nosso estímulo, cá estaremos para dá-lo, com as nossas interrogações, com as nossas diferenças. Somos uma voz que, embora minoritária, é importante, porque é também ela motor de desenvolvimento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Primeiro-Ministro, numa linha de coerência que apreciamos, V. Ex.<sup>a</sup> regressa à questão das reformas estruturais afloradas no Programa do X Governo e tentadas durante o período da sua vida, e insiste, nessas perspectivas, no ataque a um dos estrangulamentos que consideramos fundamentais da economia e da sociedade portuguesa: o da exagerada dimensão do sector público da economia.

De resto, V. Ex.<sup>a</sup> fornece alguns elementos elucidativos sobre o exagero e o gigantismo que abafa a vida e a economia portuguesa desse sector. Traça, para o efeito, um plano de privatização que pretende implementar fundamentalmente, através da abertura ao sector privado do capital das empresas públicas e da alienação de algumas empresas indirectamente nacionalizadas.

Porém, V. Ex.<sup>a</sup> não se esquece de referir — e é correcto que o faça — o respeito que quer ter pelos limites impostos pela Constituição na implementação desse plano de privatização. Quer isso dizer que V. Ex.<sup>a</sup> vai modificar o conceito de empresa pública e, na base da modificação desse conceito, vai implementar o tal plano de privatização, assentando numa base de capitalismo popular?

No entanto, V. Ex.<sup>a</sup> realizou a proeza — que o meu partido durante muito tempo considerou modesta, mas que, na forma como foi realizada, não o foi — de conseguir do eleitorado apoio maioritário e, portanto, de poder formar um governo de legislatura. Assim, Sr. Primeiro-Ministro, o seu Programa é um programa de quatro anos e páginas à frente, ou antes, porque o ouvimos, momentos depois, V. Ex.<sup>a</sup> acentuou a importância da revisão constitucional, dizendo mesmo que ela vai ser a pedra de toque para se determinar quem lidera as oposições — ficámos muito contentes com isso —, mas nada dizendo sobre o que ela vai ser em relação à postura do Governo.

Por isso, coloca-se a seguinte questão: isso significa que, traçando V. Ex.<sup>a</sup> um programa de quatro anos,

abordando o tema da privatização, mas não fazendo qualquer articulação com a revisão constitucional — designadamente, no que respeita ao artigo 83.º, sobre a reversibilidade das nacionalizações —, o Governo desiste de rever esse artigo 83.º e pretende privatizar de acordo com a Constituição actual, mudando apenas a legislação ordinária? Se não é assim, por que é que um programa para quatro anos não inclui também as possibilidades, muito acrescidas, que a revogação desse malfadado preceito com certeza abre às possibilidades de actuação do Governo? Esta é a questão que, de momento, lhe queríamos deixar, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Primeiro-Ministro, as minhas primeiras palavras são para o felicitar, pessoalmente e ao seu partido, pela vitória eleitoral das últimas eleições.

V. Ex.<sup>a</sup> e o seu Governo são agora responsáveis, não há mais desculpas. O cumprimento das esperanças de tantos portugueses que confiaram em si vai ser posto à prova nesta legislatura.

Quanto à sua intervenção, quero dizer-lhe que a desobrei em dois capítulos distintos — e muito sinceramente quero confessar-lhe que não constituem qualquer novidade para mim —, sendo o primeiro relativo a aspectos de política geral. Ora, desde 1974 que o meu partido tem vindo a dizer aquilo que V. Ex.<sup>a</sup> aqui disse hoje e nessa altura com outras dificuldades e com outros riscos que não os de hoje. Portanto, não há qualquer novidade e não podemos dizer mais nada a não ser que a sua análise coincide, na generalidade, com aquilo que temos vindo a dizer desde a fundação do CDS.

Vozes do PSD: — O CDS está diferente!

O Orador: — Quanto aos aspectos concretos do seu Programa de Governo, penso que apontou fundamentalmente quatro, dando-lhes primordial importância.

Em primeiro lugar, referiu a revisão da legislação laboral, com dois objectivos: o de facilitar o acesso a novos empregos e, ao mesmo tempo, minorar ou mesmo acabar com o cancro do trabalho a prazo.

Outro aspecto focado foi a redução do sector público da economia, com os três objectivos indicados: revitalização da iniciativa privada, aumento da oferta na bolsa de valores e, finalmente, a redução da dívida pública.

Depois, referiu V. Ex.<sup>a</sup> o célebre estatuto da terra, revivendo a Lei de Bases da Reforma Agrária, pronta desde 1982 e chumbada, exactamente nessa altura, pelo seu partido.

Finalmente, ainda um outro aspecto que tem a ver com a privatização dos meios de comunicação social. Aí, V. Ex.<sup>a</sup> vai mais longe do que ia no anterior governo, pois nem o *Didírio de Notícias* escapa a essa nova privatização.

Um ponto manifestamente inovador — e felicito-o por isso —, que V. Ex.<sup>a</sup> focou também, tem a ver com a defesa da presença de Portugal no Mundo, fundamentalmente nos territórios que ainda falam português. efectivamente, essa defesa andava muito malbaratada.

Estávamos permanentemente a ver-nos ameaçados por outras culturas e outras línguas e quando, no final do seu discurso, V. Ex.<sup>a</sup> frisa os descobrimentos, penso que está a dar a essa questão a importância que ela tem e, eventualmente, a definir um novo sentido para a cooperação, que não é apenas o sentido económico, mas um sentido muito mais fundo, o da presença de Portugal no Mundo.

Sr. Primeiro-Ministro, queria colocar-lhe agora a primeira questão: V. Ex.<sup>a</sup> tem consciência de que a sua maioria — a maioria absoluta de que agora goza — lhe foi dada porque dezenas e dezenas de milhares de CDSs, que não deixaram de ser CDS, lhe deram a sua confiança?

Quando V. Ex.<sup>a</sup> faz este discurso e aponta estas medidas é para satisfazer esse eleitorado que lhe deu um programa que V. Ex.<sup>a</sup> não tinha?

#### *Risos de alguns deputados do PSD.*

Um segundo aspecto, Sr. Primeiro-Ministro, é o seguinte: como é que V. Ex.<sup>a</sup> vai satisfazer o seu eleitorado que acredita na social-democracia musculada e na esquerda moderna? Que programa tem para esses? Que medidas concretas tem V. Ex.<sup>a</sup> para esse eleitorado, que certamente acreditou na sua proposta de esquerda moderna e na sua promessa de social-democracia musculada?

Gostaria de saber que medidas apresenta para esse eleitorado.

Sr. Primeiro-Ministro, para terminar, e muito sinceramente, gostaria de saber quais são, quanto aos grandes aspectos, as diferenças entre o Programa de Governo que V. Ex.<sup>a</sup> aqui apresentou e o programa de sempre do meu partido.

#### *Risos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar quero retribuir as saudações que dirigiu à Assembleia da República, em que o nosso grupo parlamentar ocupa uma posição de relevo.

E por isso mesmo também queremos desejar-lhe e a todos os membros do Governo um trabalho profícuo, já que agora dispõe de uma maioria que lhe faltava e não há já razões para atirar sobre as oposições todos os insucessos que porventura venha a ter. Aliás, esperamos que não haja insucessos e que só haja sucessos, porque tais sucessos serão sucessos para o povo português.

Sr. Primeiro-Ministro, queria apenas fazer-lhe duas perguntas: a primeira é relacionada com a educação e a segunda com a comunicação social.

Relativamente à educação, este Programa é completamente diferente do do X Governo. Compreende-se perfeitamente que assim seja, não só pela mudança do titular, como pela orientação humanista-personalista, direi mesmo, de certo modo democrata-cristã de que está eivado todo o capítulo da educação.

#### *Risos do PSD.*

Aliás, demonstraremos isso durante o debate, pois embora o Ministro se tenha visto forçado a desfiliar-se do partido, o mesmo não aconteceu com a sua consciência ou com as suas ideias.

#### *Risos do PSD.*

Sr. Primeiro-Ministro, quero colocar-lhe um problema muito concreto relativo ao ensino privado universitário, diferente do ensino cooperativo universitário.

O Governo sabe que neste momento proliferam pelo País universidades privadas que não têm um estatuto. O Governo promete-lhes o estatuto — e muito bem —, que virá a ser a coluna vertebral do ensino privado em Portugal. Mas enquanto o estatuto vai e vem folgam algumas universidades! Ora, estas universidades que folgam dão títulos e estragam a vida a milhares de estudantes, pois preparam-nos mal, não os preparam para o nosso país nem para o nosso futuro, mas apenas para terem um canudo no fim do ano.

Até à promulgação desse estatuto, o que é que o Governo pretende fazer para o saneamento, morigerção e disciplina das universidades privadas que actualmente não correspondem à alta função que a sociedade portuguesa delas exige?

Relativamente à comunicação social, V. Ex.<sup>a</sup> mudou também o seu Programa quanto à imprensa escrita. No X Governo V. Ex.<sup>a</sup> tinha a ideia de que era preciso, pelo menos, um órgão de comunicação social dentro do sector empresarial do Estado e agora entende que já não faz sentido.

O que é que mudou nestes dez meses para V. Ex.<sup>a</sup> mudar a sua orientação do X para o XI Governo?

Aliás, isto satisfez o meu partido, porque no decorrer do debate do Programa do X Governo perguntámos-lhe exactamente por que é que mantinha um jornal e não privatizava todos. Nessa altura, não obtivemos resposta, mas agora obtivemos uma resposta afirmativa do nosso programa no vosso programa.

Quanto à privatização da comunicação social escrita estatizada, queria perguntar-lhe qual vai ser o *modus faciendi* que vai seguir. É o de todas as outras empresas públicas ou vai haver um regime especial, isto é, vai fomentar o cooperativismo dos trabalhadores, dos jornalistas e de todos aqueles que trabalham nos jornais para que estes sejam, em primeira linha, daqueles que neles trabalham ou vai entregá-los aos grupos económicos, aos grupos de pressão, aos grupos que apoiam o Governo e o clientelismo do PSD ou do Governo da maioria?

Esta é uma pergunta a fazer porque a imprensa é uma arma de propaganda de qualquer órgão de soberania e o Governo é o órgão de soberania que, por excelência, pode manipular a imprensa. Esta privatização será feita de modo a manter todas as garantias de independência e probidade de que se deve revestir a imprensa privada?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Lopes.

O Sr. Silva Lopes (PRD): — Sr. Primeiro-Ministro, um dos objectivos anunciados no Programa do Governo é o de reduzir drasticamente o défice orçamental nos próximos anos. Para conseguir esse objectivo, o Governo vai certamente ter de impor uma grande austeridade em matéria de despesas públicas.

Além disso, ao que parece, propõe-se aumentar ainda mais a proporção das receitas públicas em relação ao produto nacional.

A política que o Governo nos anuncia é exactamente oposta àquela que foi seguida pelo X Governo, presidido pelo mesmo Primeiro-Ministro. De facto, de

acordo com os dados disponíveis, vemos que no ano de 1986 as despesas do sector público administrativo aumentaram em termos nominais cerca de 32% e em termos reais cerca de 18%, o que, em relação ao produto nacional, é o maior aumento de que há memória.

O X Governo Constitucional poderá talvez ficar com o título de ser o Governo mais gastador que tivemos até hoje. Mas com os objectivos anunciados no Programa do XI Governo, vemos que o actual governo se propõe ser, provavelmente, o de maior austeridade orçamental que conhecemos nos últimos anos.

Em relação a esta situação, a minha questão é a seguinte: a que é que se deve esta brusca mudança da política governamental? Por que é que agora é necessário fazer exactamente o contrário do que se fez o ano passado e do que se tem estado a fazer este ano, em que, segundo parece, as necessidades de financiamento do sector público administrativo nos primeiros cinco meses do ano eram já o dobro do que foram o ano passado?

Esta mudança brusca da política orçamental será porque desta vez não há eleições à vista?

Outra questão que gostava de colocar, relacionada com esta, refere-se à ligação entre a política orçamental e a privatização das empresas públicas.

No seu discurso, o Sr. Primeiro-Ministro mencionou que as empresas públicas representam um encargo pesado para o Orçamento do Estado e, de facto, assim tem sido.

O que eu gostava de saber é se a privatização das empresas públicas vai incidir sobre aquelas que mais têm contribuído com os seus prejuízos para o aumento das despesas públicas. Portanto, essa privatização vai ou não trazer, de facto, um grande alívio às despesas públicas?

**O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!**

**O Orador:** — Por outro lado, calculamos que algumas das empresas mais lucrativas virão a ser privatizadas. Gostaria de saber se essa privatização virá beneficiar as finanças do sector público administrativo. Por outras palavras, será que o Governo conta com o produto da venda das empresas públicas para considerar isso como receita normal do sector público administrativo e dizer que dessa forma é que vai reduzir o défice orçamental?

Finalmente, pretendo fazer uma pergunta relativa às receitas.

Como eu disse há pouco, parece que o Governo se propõe não só manter a proporção das receitas em relação ao produto nacional mas até aumentá-las.

As comparações internacionais mostram que, no nosso país, essa proporção é mais alta do que é normal em países com o nosso nível de desenvolvimento e, actualmente, é mesmo bastante alta à escala dos países da OCDE e o Governo propõe-se manter esta situação. Ora, gostaria de saber até que ponto é que tal objectivo é consistente com o objectivo, também anunciado pelo Sr. Primeiro-Ministro, de reduzir a intervenção do Governo na economia nacional.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Correia Gago.

**O Sr. Correia Gago (PRD):** — Sr. Primeiro-Ministro, as questões são seis, mas espero que possa concordar em que são concretas.

A primeira relaciona-se com o esclarecimento de uma contradição. É que, ao declarar a sua vontade de moderação e a sua abertura ao diálogo, V. Ex.<sup>a</sup> declarou dever imperar a vontade da maioria quando for impossível o consenso, ou melhor, para citar as suas palavras, «nas zonas em relação às quais os consensos não são possíveis». Contudo, um pouco mais adiante, V. Ex.<sup>a</sup> definiu textualmente, «governar democraticamente é decidir de acordo com a vontade da maioria». Sem mais. Em que ficamos?

Segunda questão: na prática, para lá dos conceitos expressos sobre a permanência da importância da Assembleia da República, mesmo com a actual composição parlamentar — conceitos que não seria necessário reiterar, mas que se escutaram com agrado e obviamente com acordo —, como vão passar-se as coisas para dar conteúdo a tais conceitos? Irão, por exemplo, os deputados do PSD beneficiar, com muito mais frequência, de liberdade de voto para contornar o efeito aritmético automático das votações em bloco?

Perdoe V. Ex.<sup>a</sup> a confusão que reconheço quanto ao destinatário desta questão, que não será apenas o Primeiro-Ministro, mas também o presidente do PSD.

Pode V. Ex.<sup>a</sup> não querer pronunciar-se sobre esta hipótese que adiantei, mas mantendo a questão: como pensa dar conteúdo prático, no que ao Governo compete, ao positivo reconhecimento de que a importância deste órgão de soberania não varia com a proporcionalidade entre as representações parlamentares que nele, circunstancialmente, vão ocorrendo?

Terceira questão: sobre o objectivo global de reduzir o papel do Estado na economia e na sociedade, e para o justificar, foi dito, por V. Ex.<sup>a</sup>, entre outras considerações, que tal é a tendência generalizada das sociedades modernas.

Pergunto: entende V. Ex.<sup>a</sup> que Portugal é uma sociedade moderna? Entende que — como nessas sociedades modernas aconteceu e daí a tendência que refere — em Portugal o Estado também já fez o que tinha a fazer e pode agora retirar-se de consciência tranquila? Entende que essas modas de ricos as devemos, acriticamente, importar, fingindo, provisoriamente, que também somos ricos?

Quarta questão: V. Ex.<sup>a</sup> atribuiu a permanência do sector empresarial do Estado, com as dimensões e a composição que adquiriu em 1975, entre outras causas, ao surgimento de clientelas interessadas nessa permanência e anunciou que a privatização se fará, disseminando o seu capital social — uma vez convertidas em sociedades anónimas —, começando pelos próprios trabalhadores.

Sabendo-se como é difícil controlar a concentração progressiva do capital accionista em poucas mãos; sabendo-se que há mãos — as das antigas clientelas, Sr. Primeiro-Ministro — ávidas por conseguir essa concentração e hábeis em para tal movimentar os seus pedes nos tabuleiros de xadrez do capitalismo financeiro; sabendo-se, ainda, ou presumindo-se com segurança bastante, que todas essas mãos, embora longe de caracterizarem sociologicamente o eleitorado do PSD, e eu repito, embora longe de caracterizarem sociologicamente o eleitorado do PSD, votaram PSD, ...

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — Como é que sabe?

**O Orador:** — ... como pensa V. Ex.<sup>a</sup> controlar e contornar as pressões de que o seu governo vai ser alvo, por parte de um sector minoritário, mas influente, do seu eleitorado?

Lembro-lhe a este propósito que a sua veemente afirmação «do primado do poder político sobre o económico» suscitou a primeira salva de palmas com que a bancada do seu partido interrompeu o seu discurso.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quinta questão: que entende V. Ex.<sup>a</sup> por garantia de um serviço público mínimo de rádio e de televisão? A pergunta vai para o adjetivo «mínimo».

Última questão: que prioridade relativa atribui flexibilização da legislação laboral e ao combate às situações de utilização fraudulenta de mão-de-obra, por um lado, e nomeadamente ao recurso à mão-de-obra infantil, por outro?

V. Ex.<sup>a</sup> referiu estas duas intenções consecutivamente e por esta ordem, mas recordarei, sem querer influenciar a resposta, que só a segunda dessas questões mereceu palmas, a segunda salva de palmas da sua bancada.

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — É muito sensível aos aplausos!

*Risos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Natália Correia.

**A Sr.<sup>a</sup> Natália Correia (PRD):** — O Sr. Primeiro-Ministro disse que o Programa do Governo é ambicioso. Devo, porém, dizer que essa ambição não transparece, no Programa, na parte dedicada à cultura, que enferma de exiguidade de espaço, de falta de substância, caindo em generalidades. Tão-pouco vimos que a ambição bafejasse a cultura no discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, no qual foram poupadadas as palavras que se lhe referiam. E, na verdade, teremos de lembrar que as responsabilidades deste governo, pelo fôlego com que o eleitorado o doutou, são redobradas no campo da cultura, que é o grande património de todos os portugueses.

Passo a fazer duas perguntas.

Primeira: propõe-se o Governo reduzir ao mínimo a intervenção do Estado na comunicação social?

Ganha, assim, credibilidade a notícia que lemos, publicada na imprensa, de que o Governo promoverá a privatização de todos os jornais do Estado.

Pergunto: que garantia teremos da independência dos órgãos de comunicação social estatizados, face ao poder económico? Que garantia teremos do seu pluralismo? Que garantia teremos do direito dos cidadãos a serem democraticamente informados visto que o Conselho da Comunicação Social não alcança nas suas competências a imprensa privada e ao Conselho de Imprensa não cabem directivas vinculativas?

Segunda pergunta: ainda a propósito da concessão de canais televisivos privados e, portanto, da privatização dos meios de comunicação social, no Programa do X Governo privilegiava-se, de forma prevalecente, a concessão de um canal à Igreja Católica; agora, no Programa do XI Governo, a propósito da abertura da televisão à iniciativa não estatal, só se destaca o papel

fundamental da Igreja Católica na sociedade portuguesa, não se fazendo qualquer referência à atribuição de um canal à Igreja. Pergunto se nesta vaguidade de expressão se pode ler a persistência do propósito de privilegiar a Igreja Católica com a concessão de um canal.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lilaia. Contudo informo-o de que o PRD dispõe apenas de dois minutos.

**O Sr. Carlos Lilaia (PRD):** — Sr. Primeiro-Ministro, dada a exiguidade do tempo de que disponho, apenas colocarei uma questão.

A passagem do seu discurso em que se refere à regionalização do continente é demasiado breve, imprecisa e até talvez ambígua, sobretudo, por se tratar de matéria, como aliás V. Ex.<sup>a</sup> o reconhece, «associada à realização das grandes reformas necessárias ao desenvolvimento do País».

Chega a causar alguma espanto que V. Ex.<sup>a</sup> se fique pelo mero enunciado da necessidade da definição das funções e competências das regiões administrativas. Onde estão, então, as promessas eleitorais dos governos anteriores do PSD e do próprio partido que o apoia? Será que o próprio partido que apoia o Governo terá mesmo metido na gaveta o seu projecto de lei de regionalização apresentado na anterior legislatura?

O Governo tinha todas as condições para apresentar perante esta Câmara a sua proposta de calendário para o processo de regionalização. Por que não o faz? Deverá V. Ex.<sup>a</sup> elucidar a Câmara e o País. É que não basta fazer convites para que os outros partidos se associe à realização das grandes reformas necessárias ao desenvolvimento do País. Propostas dessas têm de ser claras e politicamente bem definidas.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

**O Sr. Marques Júnior (PRD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A natural referência ao dia 19 de Julho e ao resultado eleitoral foi o fio condutor e o apoio da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, o que naturalmente se comprehende, mas levanta grandes preocupações em muitas das questões que agora se propõe alterar. Por exemplo, e a propósito da Lei Eleitoral, para além dos prazos, com os quais concordamos, diz o Sr. Primeiro-Ministro a dado passo:

Compreende-se e aceita-se a intenção do legislador quando — no período inicial e altamente incerto da vida democrática possibilitada pelo 25 de Abril — houve por bem redear-se de todas as precauções e cautelas, de maneira a garantir a total isenção e autenticidade dos actos eleitorais. Felizmente a democracia está hoje bem enraizada na vida nacional. Os Portugueses, de 1975 para cá, deram inúmeras provas da sua maturidade cívica, designadamente em sucessivas eleições, que decorreram sempre de forma democraticamente exemplar. Parece, pois, chegado o momento de se reverem preceitos da legislação eleitoral que a experiência revelou serem desnecessários e até inconvenientes para o regular funcionamento das instituições democráticas.

De notar que a única referência ao 25 de Abril foi para falar no período inicial e altamente incerto na vida democrática por ele possibilitada. E agora a pergunta: o que pretende, claramente, dizer o Sr. Primeiro-Ministro quando afirmou que é chegado o momento de rever preceitos da legislação eleitoral que a experiência revelou serem desnecessários, quando reconhece, por outro lado, que o legislador «houve por bem rodear-se de todas as precauções e cautelas, de maneira a garantir a total isenção e autenticidade dos actos eleitorais»?

Não pomos em dúvida que o Governo quer, naturalmente, manter a isenção e a autenticidade dos actos eleitorais, mas será que, efectivamente, as precauções e cautela já não são necessárias?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

**O Sr. João Amaral (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Bem se poderá dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que a vantagem da apresentação do Programa do Governo e da declaração que aqui produziu foi a de tornar mais claro como é falsa a imagem que pretendeu dar ao País — e com que justificou os resultados eleitorais, o «pico» eleitoral, como o qualificou —, a falsa imagem de um governo de «estabilidade», pautado pelo interesse «nacional» e «sem barreiras ideológicas».

E não há roupagem no texto do Programa e na declaração de apresentação que consiga fazer esconder o cerne de um projecto político-partidário (e também pessoal) que é profundamente desestabilizador da vida política, social e económica do País, que tem toda a carga ideológica decorrente do seu conteúdo de classe e que se assume não como um projecto nacional mas como um projecto de concentração do poder económico numa parte restrita da sociedade portuguesa e de concentração monopartidária e pessoal do poder político.

Dava dois exemplos e fazia duas perguntas.

Primeira: Como concilia a concretização do apregoado «clima de estabilidade» com o anúncio, no Programa, preto no branco, de uma revisão da legislação laboral com a liberalização dos despedimentos, a «desoneração» do trabalho por turnos (isto é, a diminuição das compensações devidas aos trabalhadores em regime de turno), a penalização do regime de férias, feriados e faltas, a revisão do regime da contratação colectiva e — como novidade do «pacote laboral» — a própria alteração da lei sindical, naturalmente para diminuir as possibilidades de intervenção e da acção sindical e para criar mecanismos de ingerência e controle da vida sindical? Esperará o Sr. Primeiro-Ministro que os trabalhadores portugueses aceitem alegremente esta verdadeira declaração de guerra a valores de liberdade e estabilidade que a Constituição da República lhes garante?

Mas faço-lhe uma segunda pergunta, Sr. Primeiro-Ministro.

Obviamente que se esta parte do seu programa fosse concretizada, ela iria traduzir-se na reinstalação no plano legal do «poder absoluto» das entidades patronais, com o esvaziamento dos mecanismos constitucionalmente garantidos de intervenção autónoma dos tra-

balhadores na vida das empresas e no mundo do trabalho em geral. O que se pergunta é se acha — se alguém acha — que uma posição como essa, uma opção como essa, não é de esquerda nem de direita e está despida de carga ideológica? O Sr. Primeiro-Ministro lembrou-se destas propostas porque são «pragmáticas» ou pura e simplesmente porque entre o «factor trabalho» e o «factor capital» — são expressões do Programa — optou por este último?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Parece que, afinal, já se interrompeu o namoro ao eleitorado e que chegou para o Governo a hora das «escolhas dolorosas» (como se escreve no Programa, a p. 52) — dolorosas, entenda-se, para o povo português. E com um sentido muito claro, tal como resulta do Programa (p. 42): após dois anos de certa «folga» (os dois anos em que o Primeiro-Ministro governou em minoria), há que reduzir o consumo, há que «moderar» os aumentos salariais e há que impor aumentos de produtividade. Pergunta-se num país em que a parte dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional tem vindo a diminuir — e diminuiu, no anterior governo do PSD, de 47 % em 1985 para 43 % em 1986 (valores aproximados) — que outra formulação encontra, Sr. Primeiro-Ministro, para esta linha programática que não seja o aumento da exploração dos trabalhadores? Achar-se-á que não há barreiras ideológicas numa opção política que põe os trabalhadores a pagarem os sobrebenefícios do capital?

Não há uma clara opção de classe quando se põe a contenção salarial — leia-se, a diminuição do poder de compra dos salários — a ser o factor fundamental para «diminuir a inflação», para «conter as necessidades de financiamento do sector público», para «garantir a competitividade do sector exportador», para «permitir o auto financiamento das empresas», para «garantir a agressividade externa da economia portuguesa», para «permitir a redução dos custos unitários de produção», etc.?

E neste contexto que significado terá para os trabalhadores a chamada concertação social, quando o Governo lhes aponta como pressuposto o agravamento da distribuição dos rendimentos, a contenção do consumo e o aumento da produtividade, chegando-se ao ponto de na proposta de acordo a médio prazo, pôr já à partida os trabalhadores a suportarem sozinhos as consequências de «eventuais choques exógenos»?

É bom sublinhar, entretanto, que nenhuma destas políticas tem qualquer contrapartida nos planos dos interesses populares e dos interesses nacionais.

Todo o benefício desta operação é para o capital, nacional e estrangeiro, que ganha desde logo a oferta explicitada de poder recorrer facilmente (e, mais do que isso, compensatoriamente) ao «factor trabalho» (como está no Programa, a p. 43, § 2.º). E a política do «paraíso português»: invista, invista, que lhes estão garantidos baixos salários — e está garantido que estes serão moderados.

Mas ganha ainda com a devastadora onda das desnacionalizações, de entrega ao capital das empresas públicas e nacionalizadas em todos os sectores, incluindo os economicamente estratégicos. É um facto, está escrito no Programa. E foi dito também aqui pelo Sr. Primeiro-Ministro. E por três vias principais: pela

transformação em sociedades anónimas, em que intervirá o capital privado; pela venda, troca ou dação em cumprimento do património das empresas públicas, e pela alienação das participações do Estado.

A devastação que prevê atinge todas as empresas públicas e participações do Estado que ultrapassem o mero serviço público, quando este não for rendível, e mesmo assim com excepções. Não é assim Sr. Primeiro-Ministro?

Concretamente, não estão no seu pensamento as cimenteiras, as celuloses, os adubos, a banca, os seguros? Não estão explicitadas no Programa formas diretas e indirectas de desnacionalização de empresas ou parte de empresas como a TAP, a RN, a EDP? Não está também a entrega ao capital de parte significativa das telecomunicações? Não se chega a prever que isso suceda até com... ramais da CP??

Chegados aqui — maior acumulação do capital, entrega do sector público a grupos capitalistas, maior exploração dos trabalhadores —, supõe-se que o Sr. Primeiro-Ministro encarárá com naturalidade e alguma vaidade uma conclusão óbvia: a de que preside a um governo votado à destruição da organização económica criada com o 25 de Abril, um governo inteiramente ao serviço do capital e da concentração do capital. Eu diria nacional e estrangeiro.

Perguntar-lhe-ia, Sr. Primeiro-Ministro: Não é um facto que no Programa se saúda e apela insistente à penetração do capital estrangeiro e à sua ligação ao capital nacional, o que só pode traduzir-se na subordinação da parte evidentemente mais fraca? Não é um facto que aceita e quer estimular uma crescente «especialização» no quadro da CEE, que só pode traduzir-se para o País que somos numa cada vez maior dependência, com a liquidação de sectores industriais e de milhares de pequenas e médias empresas crucificadas à centralização de capitais, em proveito de monopólios?

O facto é que em nenhum ponto do Programa está definida uma estratégia de desenvolvimento autónomo do País.

Faço uma pergunta muito concreta, Sr. Primeiro-Ministro, para a qual lhe peço uma resposta directa: Porquê nem uma referência ao projecto do Alqueva, quando o PSD, na campanha eleitoral, nomeadamente através dos candidatos dos distritos abrangidos pelo projecto, o proclamava e garantia? E quanto ao plano siderúrgico? E quanto às pirites?

Obviamente que as preocupações do Governo não se centram aí. E quando proclama a estabilidade, como mais uma vez acabou de fazer, o Governo simultaneamente abre guerra em diferentes frentes e contra diferentes camadas sociais.

Contra a reforma agrária e contra os trabalhadores da reforma agrária, repescando todas e cada uma das reformas de a liquidar, desnacionalizando prédios, entregando prédios expropriados aos agrários, vendendo terras, acabando com o tratamento unitário dos indivisos, etc.

Contra os rendeiros, prometendo a revisão sobre arrendamento rural para «aumentar a mobilidade da terra», o que é dizer retirando-lhe as garantias de estabilidade que conquistaram. E contra as populações utentes de baldios, anunciando a revogação das leis que lhes garantem a sua posse.

Mas guerra também, Sr. Primeiro-Ministro, contra as grandes conquistas do povo português no plano dos direitos sociais.

E é de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro se é ou não verdade que está a ser prevista expressamente a revogação da Lei do Serviço Nacional de Saúde, com o desemprego médico, o aumento do preço dos medicamentos, o encarecimento do sistema de acesso aos cuidados de saúde?

É ou não facto que se visa também noutro plano, dentro da área social, o progressivo desmantelamento do sistema de segurança social, apontando-se claramente, por exemplo, a passagem do sistema de pensões qualificadas para as seguradoras (privadas, naturalmente), dentro da ideia de que quem quer pensão que a pague? Ou, nesta área ainda, não é um facto que se aponta para a transferência para o capital privado de serviços públicos de segurança social, como, por exemplo, as creches, e outros do género, com o óbvio encarecimento dos serviços e em prejuízo das populações da regiões mais desfavorecidas?

Aliás, neste quadro, é isto que se quer dizer quando se fala das «escolhas dolorosas» que o Estado terá de fazer nas suas actividades, que acarretarão redução das funções sociais do Estado, menos protecção dos cidadãos e encarecimento dos serviços públicos pela «actualização das taxas devidas e reforçando-se a componente de autofinanciamento dos serviços», como diz expressamente o Programa?

Que é que isto quer dizer, Sr. Primeiro-Ministro?

O que se pergunta agora é o que dirão os Portugueses quando sentirem concretamente todas estas consequências gravíssimas da política que anuncia.

#### Risos do PSD.

Não temos dúvida de que o Sr. Primeiro-Ministro já fez a si mesmo essa pergunta e lhe encontrou a resposta. Os Portugueses vão condonar essa política. Milhões de portugueses — e também centenas e centenas de milhares dos que votaram no PSD.

Esse é o drama do PSD — de quem quer a todo o custo e por todos os meios transformar um pico num planalto.

#### Vozes do PSD: — Veremos!

O Orador: — Talvez por isso o PSD tenta ainda semear algumas ilusões no conjunto do Programa. Mas quando se sai do seu cerne, as promessas abundam de facto. Mas terão credibilidade, Sr. Primeiro-Ministro?

Então o Governo não deixou já cair algumas das promessas do manifesto eleitoral? Dou um exemplo concreto: onde estão os «subsídios especiais de material escolar» para as famílias mais carenciadas?

E noutras casas o Governo não multiplica as promessas vagas ao mesmo tempo que retira conquistas recentes. É o que se passa com os jovens, quando se prontifica a revogar a Lei do Subsídio de Desemprego aos Jovens à Procura de Primeiro Emprego, lei aprovada na Assembleia da República (com o voto contra do PSD).

Noutros casos, em matéria de promessas, a própria experiência demonstra que a formulação propositadamente ambígua de uma certa promessa esconde o seu conteúdo. Por exemplo: no manifesto eleitoral do PSD fala-se em «dinamização do mercado de arrendamento». No Programa explica-se como: através da liberalização do regime de arrendamento urbano, isto é, através de nova diminuição das garantias dos inquilinos.

#### Vozes do PCP: — Ora aí está!

**O Orador:** — Por tudo isto, não oferece dúvidas que o Sr. Primeiro-Ministro sabe perfeitamente que não é com ilusões que atingirá o seu claro objectivo de perpetuação no poder e de monopartidarização dos órgãos do poder político.

É caso para perguntar: Não é esse objectivo, de concentração de poder político, que o leva a propor a alteração das leis eleitorais, a da Assembleia da República para obter mais deputados com menos votos; das autarquias locais, para obter condições mais favoráveis às hegemonias locais do PSD, e até a lei eleitoral do próprio Presidente da República?

Não é esse sentido, de que as ilusões (como a do capitalismo popular!) não chegam, que o leva a ameaçar os Portugueses com o reforço e concentração das polícias, isto é, em vez da apregoada diminuição da intervenção do Estado com mais Estado, um Estado repressor das liberdades fundamentais dos cidadãos?

Não é o objectivo de pretender progressivamente limitar a vivência pluralista, que caracteriza o regime, que o leva a propor desfazer-se da maior parte do sector público da comunicação social?

**Vozes do PCP:** — Claro!

**O Orador:** — Não é o sentido de dirigismo que leva o Governo a pretender descaracterizar o princípio constitucional de autonomia do poder local, quer reforçando a tutela, quer apurando os mecanismos de intergência técnica, quer aumentando a dependência financeira?

Sr. Primeiro-Ministro, no discurso de apresentação, e a propósito da revisão constitucional, lançou um ultimato ao Partido Socialista: ou aprova o projecto de destruição da Constituição, ou então o PSD não lhes passa um atestado de credibilidade.

Entretanto, Sr. Primeiro-Ministro, todo o projecto contido no Programa que apresentou representa um verdadeiro terramoto anticonstitucional, particularmente nos direitos e garantias dos trabalhadores, na organização económica, nas nacionalizações, na reforma agrária, nos direitos sociais, na autonomia do poder local, nas garantias de pluralismo e de representação proporcional.

Propõe-se o Governo — com ou sem revisão constitucional — concretizar todo esse Programa, que põe em questão, subverte ou anula mesmo traços fundamentais do regime.

Afinal, Sr. Primeiro-Ministro — é a pergunta —, como entende o estrito cumprimento da Constituição que proclamou no discurso de tomada de posse? Como uma figura retórica? Ou considera que cumprirá escrupulosamente a Constituição que gostaria de ter e que teria se alguém cedesse às suas ameaças?

Afinal, Sr. Primeiro-Ministro, como entende o respeito pela Constituição e pela lei? Que tipo de mandato vai exercer: o que a Constituição, no seu todo, lhe confere ou o que a Constituição lhe nega e contra a Constituição?

**Vozes do PCP:** — Bem perguntado!

**O Orador:** — O Sr. Primeiro-Ministro, depois de afirmar no seu discurso que a maioria deve imperar, reconheceu que a maioria tem limites. Mas por toda a política anunciada não se prepara o Governo para

ultrapassar esses limites. Tudo isto cria enormes perigos para o pluralismo político, sérias ameaças de liberdade de escolha dos Portugueses, em especial a liberdade de escolha de um futuro governo, uma futura Assembleia e mesmo um futuro Presidente da República. Pelas ruas um cartaz com o rosto do Primeiro-Ministro marca já as próximas metas e ambições.

O Sr. Primeiro-Ministro terminou a apresentação do Programa com uma referência às comemorações dos 500 anos do ciclo das descobertas portuguesas, afirmando designadamente que «constituem um encontro dos Portugueses com a sua história gloriosa».

Assim é.

Só que essa história, que pertence a todos e por todos deve ser comemorada, não pode ser amputada.

Da história gloriosa do povo português faz parte também esse marco recente, de reencontro dos Portugueses com a liberdade e o progresso, rasgado de forma indelével em 25 de Abril, cujo rumo o Governo pretende inverter.

Pela nossa parte, sempre nos colocámos e colocaremos na defesa do regime, nos seus traços fundamentais, tal como estão consagrados na Constituição da República. Contra a política inconstitucional do Governo usaremos todos os meios de expressão e luta que são próprios da sociedade livre e democrática e que a lei constitucional assegura. Estamos certos de que as outras forças políticas e sociais democráticas se empenharão igualmente nesta luta fundamental para o futuro dos Portugueses e de Portugal.

*Aplausos do PCP, de Os Verdes e da ID.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

**O Sr. Jorge Sampaio (PS):** — Sr. Primeiro-Ministro, cingir-me-ei à intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>, mas evidentemente associada ao Programa que pela madrugada foi distribuído nesta Assembleia.

Como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, o julgamento de um programa faz-se pela prática de um governo, pelos seus objectivos e pela sua acção. O futuro o dirá, Sr. Primeiro-Ministro, independentemente da questão da substância explícita e implícita que o debate de amanhã e de sexta-feira nos colocará com certeza.

No discurso de V. Ex.<sup>a</sup> fica-nos a dúvida sobre se solicitará a esta Câmara uma apreciação positiva do Programa do Governo, como de resto se lê a fl. 43 da sua intervenção. Pergunto concretamente: vai o Governo apresentar uma moção de confiança a esta Câmara?

No discurso e no Programa, V. Ex.<sup>a</sup> afirma que estão reunidas as condições para as reformas estruturais. Há, portanto, uma questão substancial relativa ao relacionamento entre o Governo, presidido por V. Ex.<sup>a</sup>, e esta Assembleia. Será que, nessa matéria, como em todas as outras, o Governo vai adoptar o conhecido método do pedido de autorizações legislativas ou vai propiciar a discussão em torno de propostas de lei por ele apresentadas?

Em matéria de comunicação social foram já levantadas diversas questões por várias bancadas, mas o que nos interessa agora, neste preciso momento, é saber

quais são exactamente os mecanismos concretos que o Governo pretende pôr em prática para assegurar, no quadro daquilo a que se propõe, a pluralidade e independência desses órgãos de comunicação social.

Quanto à matéria de legislação eleitoral, Sr. Primeiro-Ministro, há uma diferença substancial entre aquilo que se diz no Programa e aquilo que foi afirmado hoje e aqui por V. Ex.<sup>a</sup>. Não é uma diferença substancial no sentido de que V. Ex.<sup>a</sup> não a possa esclarecer, mas porque o Programa diz mais e a intervenção de V. Ex.<sup>a</sup> disse menos, ou seja, V. Ex.<sup>a</sup>, no discurso, falou apenas de calendarizações e de prazos rígidos e no Programa a matéria é muito mais vasta, basta ver o que está mencionado a fl. 19.

Importará, portanto, Sr. Primeiro-Ministro, que esta Câmara, e em particular a minha bancada fiquem esclarecidas sobre o sentido das medidas concretas que o Governo terá certamente em carteira para, «aproximar eleitos e eleitores, assegurando um equilíbrio ponderado entre os valores da fidelidade na representação e da estabilidade institucional».

Relativamente à matéria da legislação eleitoral para as autarquias, que esteve, aliás, omisso no seu discurso desta manhã, gostaríamos de saber em que sentido — e porque consta do Programa, a fl. 19 — vai V. Ex.<sup>a</sup> e o Governo (e cito textualmente, tal como se diz no Programa) «facilitar a formação de executivos municipais maioritários, atribuindo-se assim mais eficácia».

É indispensável que esta Câmara, em matéria de tanto melindre e complexidade, fique esclarecida quanto à forma como o Governo pretende incrementar esta facilitação relativamente aos executivos municipais.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

**O Sr. Jaime Gama (PS):** — Sr. Primeiro-Ministro, um dos pontos onde o actual executivo — aliás, dando razão a profundas críticas da opinião pública e da oposição — apresenta alterações, nomeadamente na composição e nos seus elementos, é na área da defesa e da política externa.

Neste momento em que se inicia o debate do Programa do Governo, tendo em conta o discurso profrido por V. Ex.<sup>a</sup> e não estando obviamente em causa o julgamento da acção do Governo, gostaríamos de esclarecer alguns pontos. O primeiro diz respeito a Timor. V. Ex.<sup>a</sup> no seu discurso de posse, na sua intervenção e também no Programa do Governo orientou e perspectivou o problema de Timor na procura de uma solução realista e respeitadora da identidade religiosa e cultural da população deste território.

Gostaríamos de ser esclarecidos sobre se a consecução desse disiderato decorrerá no quadro em que sempre tem decorrido à luz do respeito e do desenvolvimento do princípio de autodeterminação que tem caracterizado a abordagem não apenas da política externa portuguesa como também das Nações Unidas em relação a esse problema, ou se, pelo contrário, o actual governo se orienta numa nova perspectiva para a solução da questão.

O segundo ponto diz respeito à integração europeia, questão de grande importância nacional e onde uma política consensual se justifica. O Programa do Governo é claro na revogação de um diploma aprovado pela legislatura anterior, no qual se definiu a

modalidade de participação da Assembleia da República no processo de integração e no acompanhamento da política europeia de Portugal. Não se preconiza a introdução de alterações a esse diploma mas apenas a sua revogação. Além disso, é também preconizada, pelo Partido Social-Democrata, a supressão da Comissão Parlamentar de Integração Europeia. Com essas duas orientações, como vê V. Ex.<sup>a</sup> a consecução de consensos sobre a integração europeia de Portugal, visto que os meios institucionais para a obter são fortemente restringidos.

Terceiro e último ponto: no seu discurso referiu que a profundidade estratégica do País, de ordem eminentemente atlântica, será valorizada no contexto de negociações que venham a redefinir a segurança europeia. Gostaríamos, pois, de saber se a declaração de V. Ex.<sup>a</sup> tem o valor de uma constatação da realidade ou se, por outro lado, tem o significado de uma oferta pública de facilidades, como recentemente ainda se pôde depreender das palavras de um alto responsável — não desmentido pelo Governo —, a propósito da eventual transferência para Portugal dos caças bombardeiros F-111 norte-americanos estacionados em Espanha.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

**O Sr. António Guterres (PS):** — Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de reformular o voto de que à tarde V. Ex.<sup>a</sup> aproveitasse a ocasião para instituir um facto novo no quadro destes últimos dois anos, isto tendo em conta a ampla maioria parlamentar de que dispõe e o facto de estarmos a quatro anos do próximo acto eleitoral: o de o Sr. Primeiro-Ministro aproveitar este período para responder efectivamente às perguntas dos deputados e preocupar-se um pouco menos com as imagens televisivas, em benefício dos telespectadores.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em primeiro lugar, gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro comentasse duas afirmações. A primeira, em meu entender, e ao contrário do que foi explicitamente afirmado por si, é a de que este não é um programa de continuidade, mas sim de rotura em alguns aspectos essenciais. Não tanto de rotura naquilo que seria normal prever-se, atendendo a que este é um governo de legislatura e o outro um governo minoritário de destino incerto, mas de rotura precisamente no confronto que pode ser feito entre este programa e os documentos de médio prazo produzidos pelo governo anterior, e refiro nomeadamente as Grandes Opções do Plano a Médio Prazo.

Penso que qualquer leitura atenta dos dois documentos revela uma enorme diferença na linguagem, na filosofia e nas opções.

Em segundo lugar, para dizer que, também em nossa opinião, este não é tanto um programa para um governo de quatro anos, mas sim para um debate de três dias. Em relação àquilo que são as questões polémicas, mais difíceis, e por isso mesmo também essenciais em relação ao futuro do País, houve uma preocupação de enroupar as verdadeiras opções do Governo (ficando estas por isso mesmo e em muitos aspectos um pouco obscuras) com aquilo que pode ser antecipado como sendo as principais críticas dos diferentes

partidos da oposição. Registo, aliás, que se chega ao ponto de num dos capítulos utilizar expressões de um programa eleitoral de um outro partido, expressões essas essenciais em relação à definição dessa política e que não constavam do programa eleitoral do PSD.

Gostaria de lhe perguntar se tudo isto tem apenas como objectivo o reconhecimento expresso das razões que à oposição assistia e, se assim fosse, se isso deveria ser reconhecido, ou se, pelo contrário, se trata apenas de uma cortina de fumo com o fim de facilitar o debate.

Finalmente, algumas perguntas concretas. Em primeiro lugar, sobre a privatização —questão central do seu discurso—, gostaríamos de saber, em concreto, qual o grau que o Governo pretende dar a esse processo. Como se pode talvez depreender, embora essa seja uma das questões que no Programa está relativamente ambígua, entende o Governo que só devem ficar nas mãos do Estado as empresas que prestam um serviço social efectivo, ou entende que há lugar na sociedade portuguesa para um grupo económico pertencente ao Estado que possa ser um instrumento de política económica em diferentes aspectos em relação aos quais essa política se possa definir?

Em segundo lugar, uma outra questão essencial é a da utilização dos dinheiros provenientes das operações de privatização. Do seu discurso pareceu-nos que o Governo considerava esses dinheiros como uma receita orçamental normal. Será assim? Ou o Governo entende que a utilização desses dinheiros deve ser condicionada a regras bem precisas e a fins bens determinados?

A questão da transparência é também uma questão decisiva.

O seu discurso e aquilo que lemos quer dizer que o Governo pretende, de facto, limitar as operações de privatização a transacções efectuadas na Bolsa, através de acções nominativas e a restrições quanto à concentração do capital, ou, pelo contrário, admite outras formas, e, nesse caso, quais, com que garantias e com que processos previstos pelo Governo neste momento?

Gostaríamos de saber se o Governo pretende associar ou dissociar inteiramente o processo de privatização do processo de indemnizações, neste momento ainda em curso, em relação às empresas que foram a seu tempo nacionalizadas.

Em relação à questão do curto prazo, e antes da revisão constitucional, gostaríamos de lhe perguntar, como parece depreender-se da leitura do desenvolvimento deste tema no Programa do Governo, se este considera constitucional e precisa a expressão «a venda» de partes do capital de empresas públicas, embora mantendo o controle majoritário por parte do Estado — e, repito, «a venda» de parte desse capital.

Duas outras questões, também de precisão, em relação a duas áreas que consideramos essenciais. A primeira tem a ver com a legislação laboral, porque não é fácil inferir, quer pela leitura do que sobre ela se escreve no Programa quer pela audição do discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, quais são as verdadeiras intenções do Governo. Gostaríamos de perguntar se o Sr. Primeiro-Ministro poderia precisar, em concreto, as principais modificações que pretende introduzir nessa mesma legislação laboral.

Pomos ainda a mesma questão sobre a liberalização do arrendamento urbano, ou seja, gostaríamos de saber

exactamente o que é que o Governo pretende vir a propor sobre esta matéria à Assembleia da República.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

**O Sr. Pacheco Pereira (PSD):** — Sr. Primeiro-Ministro, no pouco tempo que tive para ler tão extenso Programa, mas apoiado na sua intervenção, gostaria de fazer algumas observações políticas, genéricas e directas, sobre a substância do Programa.

É óbvio que a ideia de força do Programa e da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro é a ideia de modernização. Penso que se compreendeu que não existe nenhuma contradição entre modernização e solidariedade, não sendo, portanto, necessário estar a qualificar a modernização ou a entendê-la como tendo de ser complementarizada por qualquer afirmação sobre a solidariedade.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Na realidade, a modernização, no seu sentido lato, representa necessariamente uma melhoria de condições e, portanto, um incremento das condições de solidariedade.

Existe igualmente a percepção —e penso que isso é o pano de fundo da actividade governativa e o seu grande factor de responsabilidade— de que estamos num momento excepcional, pois existe aquilo que é mais difícil, que é o sentimento de esperança.

E muito difficilmente (e esta é a interpretação dos últimos resultados eleitorais) deixariam de ver na mobilização e tradução dos resultados eleitorais outra coisa que não seja a esperança da maioria dos portugueses em querer ver realmente um país moderno, um país da Europa, em que seja possível viver melhor.

Esta ideia força da modernização tem pela primeira vez, há muito tempo, condições reais para ser levada à prática. Existem, pois, condições de abertura na própria sociedade, isto é, existe uma vontade mais forte de mudança social nos jovens e igualmente forte em todos os sectores que, de alguma maneira, querem assumir a responsabilidade sobre o seu próprio destino. Existem também condições políticas, porque há uma maioria política, uma Assembleia qualificada, um governo para quatro anos e um bom entendimento institucional entre o Governo, a Assembleia e o Presidente da República. Isto são condições excepcionais para poder cumprir um programa e nenhuma análise dele pode deixar de as referir.

Pela primeira vez, também, com alguma clareza se referem as célebres, enfim famigeradas, reformas estruturais. Será interessante de ver, agora que existem condições políticas para as realizar, qual é a atitude que vai ser tomada por todos aqueles que até agora acusavam o Governo de as fazer.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Algumas dessas reformas estão expostas no Programa do Governo e gostaria de chamar a atenção para algumas que me parecem mais importantes, exactamente dentro deste processo de modernização. Para além da reforma do sector empresarial do Estado —e não queria repetir o que disse o Sr. Primeiro-Ministro, porque estou substancialmente

de acordo —, há igualmente a reforma fiscal, que é um elemento essencial para a melhoria e legitimidade do Estado face aos cidadãos, para que haja realmente uma clareza e uma democratização daquilo que pesa nos bolsos dos cidadãos na sua relação com o Estado, no sentido de haver um maior incremento da relação entre o cidadão e o Estado.

Há ainda uma profunda e importante alteração no domínio da comunicação social, para a qual gostaria de chamar a atenção.

A ideia de um serviço público mínimo no domínio da comunicação social altera substancialmente a atitude seguida até hoje em relação aos meios de comunicação social estatizados e deve ser louvada, na medida em que significa, por parte do Governo, o abandono de uma possibilidade objectiva ou subjectiva de manipulação, que agora é realmente retirada ao Estado, pelo menos de uma forma substancial. Todos aqueles que até agora criticavam a manipulação, real ou imaginada, dos órgãos de comunicação social do Estado devem felicitar o Governo, porque esta atitude representa o abandono de uma possibilidade ideal de intervenção e de manipulação.

*Aplausos do PSD.*

Para além do mais, tal medida representa outro dos aspectos em que a modernização económica pode ser acompanhada por uma modernização cultural e de atitudes.

Os cidadãos têm o direito de produzirem e consumirem a informação que entederem e de serem eles próprios a controlar um dos mercados mais voláteis e importantes na sociedade democrática moderna. Não é e não há aqui qualquer coacção sobre essa possibilidade, primeiro porque, se hoje já é relativamente barato consumir informação, cada vez mais, nos tempos mais próximos, será mais barato produzi-la. Por outro lado, o Estado moderno vive necessariamente banhado em informação e grande parte dessa informação deve ser produzida e consumida pelos cidadãos, isto é, o Estado aqui deve apenas limitar-se a garantir as regras do jogo e nada mais.

Espero, aliás, que esta tendência evolua no sentido de que o serviço público mínimo possa eventualmente, num futuro próximo, transformar-se num serviço público nulo em relação à rádio e à televisão, porque cada vez mais o tempo e as alterações tecnológicas mostram que a posse pelo Estado destes órgãos de comunicação tem cada vez menos sentido.

*Aplausos do PSD.*

Por último, gostaria de levantar uma questão concreta sobre uma parte do Programa do Governo que me pareceu à primeira vista pouco ambiciosa, por pensar que seria possível e necessário ir mais longe. Refiro-me à parte sobre a modernização administrativa, em que se poderia mesmo falar de uma reforma administrativa.

O nosso Estado está «torto» há muitos anos e necessita de ser endireitado, visto que foi em grande parte alterado e transformado pelas aventuras económicas e de engenharia social ...

*Risos do PSD.*

... Não podendo ser considerado à margem dos eventos dos últimos dez anos.

É por isso necessária uma profunda reforma administrativa que garanta, também aí, menos Estado e melhor Estado e nesse sentido gostaria de colocar a seguinte questão: Está prevista, no âmbito da modernização administrativa, qualquer medida que diferencie claramente o que são, na nossa administração, os cargos de confiança política dos cargos de carreira administrativa?

Uma clara definição desta distinção é um elemento importante na clarificação do Estado e na relação dos cidadãos que têm uma carreira no Estado ou que assumem funções públicas em relação ao poder político.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos agora interromper os nossos trabalhos. Recomeçaremos às 16 horas para ouvirmos a resposta do Sr. Primeiro-Ministro aos pedidos de esclarecimento.

Srs. Deputados, está suspensa a sessão.

*Eram 14 horas e 15 minutos.*

Srs. Deputados, está aberta a sessão.

*Eram 16 horas e 30 minutos.*

Para responder aos pedidos de esclarecimento que lhe foram formulados, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero começar por agradecer aos Srs. Deputados o elevado número de questões que me colocaram — para ser mais concreto, as 86 questões —, o que ilustra bem o interesse que a minha intervenção suscitou.

O Sr. Deputado António Guterres começou, na sua interpelação, por me convidar a apresentar hoje, aqui, nas respostas, um facto político novo. Penso que esta afirmação traduz ainda um reflexo antigo, suscitado pela situação anterior de instabilidade permanente, uma falta de adaptação à nova realidade, que vai implicar, com certeza, o desaparecimento dos factos políticos semanais.

*Aplausos do PSD.*

Mas o Sr. Deputado não me surpreende porque a aprendizagem desta nova realidade da vida portuguesa começa precisamente hoje.

O Sr. Deputado Raul Castro começou por recordar-me que eu, afinal, já era o Primeiro-Ministro do governo anterior e que, portanto, não se justificavam algumas referências que eu teria produzido, ou então o alheamento em relação a algumas matérias que, do seu ponto de vista, são criticáveis.

Quero recordar, no entanto, Sr. Deputado, que há uma diferença: é que estamos perante a vontade actualizada do povo português e essa, basta olhar para este Parlamento, é bem diferente da que tinha expressão em certo momento nesta Casa e que, pelos vistos, já não corresponde à verdadeira vontade do eleitorado.

Disse ter o Primeiro-Ministro sugerido que a revisão constitucional devia ser realizada de forma a que a Constituição passasse a ser ideologicamente enviesada em sentido contrário.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Aprecio a sua frontalidade ao reconhecer que a presente Constituição é ideologicamente enviesada num sentido, mas o que nós queremos é uma que não seja enviesada em qualquer sentido, que possa unir todos os portugueses, que seja uma Constituição de um país moderno, de um país que está na Europa comunitária e que, portanto, adoptou um determinado modelo económico.

Não queremos que o caminho para o socialismo seja substituído pelo caminho para a social-democracia, queremos uma Constituição ...

*Aplausos do PSD.*

... que permita ao Governo, a qualquer governo sufragado pelo povo português, aplicar o seu programa e cumprir as promessas feitas ao eleitorado, dentro das regras vigentes nas democracias de tipo pluralista e ocidental.

O Sr. Deputado pôs algumas dúvidas em relação à minha afirmação de que a integração europeia se apresenta, até este momento, com resultados encorajadores. Confirmo o que disse anteriormente: penso que se conseguiram resultados muito positivos em vários domínios, não apenas no saldo financeiro que tive oportunidade de referir e que foi favorável a Portugal em cerca de 30 milhões de contos e é cerca de cinco vezes superior à previsão anunciada antes de a negociação estar terminada.

Mas, para além disso, o Sr. Deputado sabe muito bem que conseguimos defender os nossos interesses em muitos sectores, como, por exemplo, no da agricultura, em que conseguimos apoios substanciais para a reconversão e dinamização do sector e que conseguimos negociar de forma satisfatória as regras de origem em relação à nossa vizinha Espanha.

Também é conhecido que nos empenhamos e continuaremos a empenhar, com todas as nossas forças, para que a declaração de intenção que consta do Tratado de Adesão e que dá a Portugal um apoio específico para a modernização da nossa indústria seja uma realidade.

Aliás, a Comunidade Económica Europeia tem vindo a reconhecer, de forma expressa, porque consta de documentos produzidos pela própria Comissão, que Portugal tem sido a agradável surpresa dentro da Europa comunitária, com uma capacidade de resposta que não se antevia à partida.

O Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca começou por dizer que o Programa deste governo é repetitivo em relação ao Programa do governo anterior. Há aqui qualquer confusão, porque na sua própria banca, passado alguns momentos, se disse que este era a ruptura em relação ao anterior; isto reflecte uma certa falta de coordenação, o que não se aceita muito bem.

O Sr. Deputado António Guterres também disse que este Programa representava uma ruptura em relação ao do anterior governo, ao ponto de ter mencionado que poderíamos ter copiado algumas expressões do programa do seu próprio partido.

Respondendo ao Sr. Deputado António Guterres, abrindo um parêntesis, recordo que já na tomada de posse afirmei que será muito difícil rotular este governo e que os raciocínios políticos ou barreiras ideológicas convencionais dificilmente poderão ser aplicadas à nossa acção.

O Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca ainda mencionou uma longa lista de reformas que nós pretendemos levar a cabo: a lei da rádio, o sector empresarial do Estado, as leis agrárias, etc. ... Ao fazer estas referências, apenas me leva a concluir que leu bem o Programa ...

*Aplausos do PSD.*

... pois é isso mesmo e nós vamos realizá-las, porque queremos cumprir as promessas que fizemos ao eleitorado, por quem fomos mandatados, de uma forma clara e inequívoca, para realizar o nosso programa.

Mas não pense que nos motivam as direcções que teve oportunidade de referir, como sejam, satisfação de interesses de grupos ou de clientelas. Vamos fazer essas reformas na convicção profunda de que é essa a melhor solução para os trabalhadores, para os portugueses em geral, e a solução que vai permitir a modernização do País e melhorar as condições de vida do nosso povo.

Em relação à lei eleitoral, pediu-me que concretizasse um pouco aquilo que o Governo entende dever ser feito e vou responder também aos outros Srs. Deputados que levantaram a mesma questão.

É bem conhecido o ponto de vista do Partido Social-Democrata, donde emana este governo, sobre esta matéria: defendemos a redução do número de deputados na Assmbleia da República, defendemos uma fidelidade à representação nacional, desde que não se ignore a estabilidade das instituições.

Por outro lado, temos uma norma muito clara, que nos rege de forma permanente, que é o respeito pela Constituição, que no artigo 155.<sup>º</sup> diz que o nosso sistema é de representação proporcional e, em outro artigo, que o número de deputados será compreendido entre 240 e 250. Portanto, Sr. Deputado, não esteja preocupado quanto a esta matéria, porque nos pautaremos sempre pelo cumprimento da Constituição.

Em relação às autarquias locais, também é bem conhecida a posição do Partido Social-Democrata, que defende — e se fizermos uma análise cuidada dificilmente não chegaremos a essa conclusão — a grande vantagem de podermos dispor de executivos maioritários, o que não significa executivos de uma só cor (são coisas totalmente diferentes) ou que se ponha em causa a representação proporcional em alguns órgãos do poder local. Entendemos, no entanto, que nesta matéria devemos avançar sempre com cautela, procurando obter os necessários consensos, principalmente entre os partidos democráticos desta Assembleia.

O primeiro deputado do Grupo Parlamentar Os Verdes que falou sentiu-se chocado em relação às referências que eu fiz de defesa da independência nacional. Bem, Sr. Deputado, há aqui uma confusão, é que Portugal é um país que está integrado na NATO, nas suas estruturas políticas e militares, e como tal mantém os compromissos assumidos. Talvez o seu pacto seja outro, mas isso não é matéria que me interesse.

*Aplausos de alguns deputados do PSD.*

O nosso país é um país da Aliança Atlântica, que considera indispensável para a defesa dos valores ocidentais, a democracia pluralista, os grandes princípios que os partidos democráticos portugueses defendem.

Teve também oportunidade de se referir à possibilidade de se vir a instalar em Portugal uma estação de

rastreio. Sr. Deputado, quero dizer-lhe que essa matéria foi negociada pelo IX Governo Constitucional e penso, tem sido norma (e correcta) dos sucessivos governos democráticos em Portugal respeitar os compromissos internacionalmente assumidos, mas sempre com a preocupação da defesa intransigente dos interesses nacionais. E se até este momento essa construção não arrancou foi precisamente porque o Governo Português, o X Governo e agora o XI Governo, entendem que devem continuar a lutar para a satisfação de algumas condições que consideram necessárias para defenderem os interesses portugueses.

O Sr. Deputado pôs em dúvida que o Governo Português estivesse empenhado na procura da paz mundial. Mais uma vez são concepções erradas, ou melhor, erradas não, diferentes, quanto à procura da paz mundial. Bem, Sr. Deputado, nós pensamos que ela não será alcançada por uma redução unilateral dos armamentos, entendemos que a Europa deve manter um nível adequado de segurança, e por isso é que temos expresso as nossas posições no contexto da Aliança Atlântica.

Logo em seguida o Sr. Deputado acrescentou que, se o povo português soubesse disto, nunca apoiaria o Governo. Sr. Deputado, o que é que demonstraram as eleições? Será que do nosso programa eleitoral não constava, precisamente, uma referência expressa à assunção das nossas plenas responsabilidades em relação à OTAN? Convido-o a ler o Programa, porque está lá essa referência.

Depois mencionou, que eu considero humor negro, o facto de um jovem ter perdido uma perna. Não queria dizer a esta Assembleia que o Sr. Deputado lamentou mais esse facto do que todos aqueles que aqui estão sentados!...

O que lhe quero recordar é que o X Governo fez mais pelos jovens portugueses do que qualquer outro anteriormente, em todos os domínios. Não quer isto dizer, e eu próprio o reconheci no meu discurso, que não se mantenham no nosso país situações de utilização fraudulenta de mão-de-obra, incluindo o trabalho infantil. Mas convidei também os Srs. Deputados, ao mesmo tempo que me propunha activar todos os mecanismos para combater essa chaga, a porem a mão na consciência e a interrogarem-se em que medida esse facto também depende das leis anacrónicas que têm subsistido durante mais de uma década no nosso país.

#### *Aplausos do PSD.*

Em relação à questão de Timor, peço que aguarde um pouco mais pela resposta, porque gostaria de abordar a matéria aquando da resposta ao Sr. Deputado Jaime Gama.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos teceu algumas críticas em relação à política de ambiente do Governo. No entanto, vi na sua cara alguma dificuldade em criticar-nos...

#### *Risos do PSD.*

... porque se estava a recordar da Arrábida, da serra da Estrela, da lagoa de Albufeira e até do Alviela. Mas eu comprehendo perfeitamente as críticas que dirigiu ao Governo. Isso faz parte do estatuto da oposição, deve ser assim, é um estímulo para fazermos mais e melhor.

#### *Aplausos do PSD.*

Mas penso que leu mal o nosso Programa quando disse que a visão do Governo era exclusivamente economicista e consumista.

Não é isso! O que pretendemos é encontrar um justo equilíbrio entre o crescimento económico, o aumento da produtividade e a preservação do meio ambiente, no fundo a qualidade de vida. Aliás, utilizou até a palavra bem-estar quando se referiu à Comunidade Económica Europeia, perguntando se o que queremos para Portugal é o bem-estar da CEE. Bem-estar tem um conceito mais amplo do que apenas crescimento do produto nacional bruto; bem-estar inclui também a qualidade de vida.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada criticou — na sua opinião, excessivas vezes — a minha referência à CEE, dizendo que me esqueci de referir as preocupações que aí existem quanto ao ambiente.

E Chernobyl? Chernobyl está na CEE?

Não está, mas é preocupação da CEE e é nossa também.

Isso significa que temos procurado não só absorver as experiências dos outros países, mas também dar um contributo para execução de uma política correcta de ambiente em toda a Comunidade. Nesta matéria também não temos sido apenas agentes passivos.

Como disse no meu discurso, não se trata de reagir mas de agir. E se no passado não agimos na dimensão que gostaríamos, espero bem que agora, com as oportunidades que temos, não deixemos fugir a oportunidade de, de facto, aplicar o verbo «agir».

Quero também recordar, em relação a dois casos que mencionou, o de Estarreja e o do rio Ave, que já o anterior governo tinha aprovado um diploma que, de uma forma inovadora, iria permitir a realização de contratos entre a administração central e as autarquias, para combater a poluição nos dois casos que mencionou.

De qualquer modo, em relação ao rio Alviela, convido-a a visitar a população residente junto ao rio e perguntar-lhe o que pensa da acção do Governo em relação a essa matéria. Se não tiver tempo, consulte, pelo menos, os resultados eleitorais respeitantes a essa freguesia.

#### *Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos abordou depois a questão da cultura e da educação. Disse que discordava do mecenato cultural. Ora, eu defendo o mecenato cultural; foi uma medida correcta tomada pelo anterior governo, na sequência de tentativas já feitas por outros governos.

Colocou ainda a questão de saber como é se vai conseguir dar educação a todas as crianças, vivendo algumas em meios recônditos que dificilmente permitem o acesso à escola. Quanto a esta questão, convido-a a ler o nosso Programa.

Na sequência da aprovação, por esta Assembleia da República, da Lei de Bases do Sistema Educativo, vamos fazer tudo aquilo que estiver ao nosso alcance para conseguir uma verdadeira universalização do ensino até aos 9 anos e, se possível também, a generalização do ensino pré-primário, um ensino de mais qualidade, adoptando os três eixos estratégicos que constam do Programa: a exigência de liberdade, o reforço da identidade nacional e o desenvolvimento do sentido de solidariedade, que vai contra aquilo que nos acusou, ou seja, do economicismo e do consumismo.

Terminou por uma referência que muito aprecio e que desde já lhe quero dizer que é bem-vinda. É bem-vinda para participar em boa fé, com espírito construtivo para resolver os problemas que ainda temos com certeza no domínio dessa área que lhe é tão cara. Que lhe é cara, mas que uma coisa não consegue ser: mais cara do que é ao próprio Governo, que foi talvez o primeiro que conseguiu sensibilizar de uma forma clara a opinião pública portuguesa em relação àqueles bens que não são apenas propriedade da geração actual e em relação aos quais erros cometidos são quase erros irreversíveis.

O Sr. Deputado Nogueira de Brito, ao abordar a questão da privatização, interrogou-se se o Governo já tinha considerado a possibilidade de o artigo sobre a irreversibilidade das nacionalizações poder desaparecer da Constituição. Ele está contemplado no Programa quando dizemos que nesta fase poderemos ir, quanto muito, até à venda da parte do capital de empresas públicas, ou seja, até aos 49%. No entanto, não se exclui, se os interesses do País o aconselharem depois da aprovação da revisão da Constituição, que algumas dessas empresas possam ser transformadas em empresas totalmente privadas. Existem alguns casos em relação aos quais isso se justifica plenamente.

**O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Quais?**

**O Orador:** — O Sr. Deputado Basílio Horta fez algumas considerações com grande imaginação.

*Risos do PSD.*

Perguntou-me se tínhamos consciência de que as medidas propostas se destinavam a satisfazer um eventual eleitorado do CDS.

Quero-lhe dizer que milhares de portugueses que no passado se aliavam a outras forças partidárias nas últimas eleições votaram no Partido Social-Democrata e que as medidas que hoje tomamos não se destinam a satisfazer grupos, fragmentos do nosso eleitorado. As medidas que tomamos são as que consideramos indispensáveis para o País, que permitem dar resposta aos anseios e aspirações da população portuguesa nas mais variadas situações, porque entendemos que, sendo os nossos objectivos claramente nacionais, sem preocupação específica por um grupo ou por uma classe, os diferentes grupos ou classes profissionais acabarão por beneficiar da nossa acção.

Penso também que essa sua afirmação é, de algum modo, um reflexo de raciocínios políticos ultrapassados, tal como aconteceu com o Sr. Deputado Guterres — e aquilo que disse é uma prova clara daquilo que eu antecipei no meu discurso de posse —, porque, repito, será difícil catalogar este governo.

O Sr. Deputado fez seguidamente considerações quanto à esquerda moderna.

O Partido Social-Democrata, defensor da via social-democrata, defende o mercado, os mecanismos de concorrência e a iniciativa privada, mas não sacraliza o mercado. Ele defende a modernidade, mas num equilíbrio saudável com a solidariedade. Ele tem presente os custos sociais do desemprego, defende a liberdade económica, mas não esquece que há situações em que o poder económico pode criar uma grande influência sobre o poder político. Ora impõe-se evitá-lo.

Não temos preconceitos, quer contra quer a favor, em relação ao sector empresarial do Estado. Entendemos que há situações em que a produção deve ser pública, quando estão em causa bens com uma componente muito forte de natureza social, ou quando os superiores interesses do País o exigem, e que é aceitável uma intervenção do Estado na economia para corrigir algumas ineficiências do mercado. No fundo, é aquilo que já referi no meu discurso: queremos um equilíbrio socialmente eficiente entre a intervenção do Estado e a livre iniciativa dos cidadãos.

Quanto à diferença entre o Programa do Governo e o do CDS, é o Sr. Deputado que tem de a procurar.

O Sr. Deputado Narana Coissoró começou por fazer também uma referência com alguma imaginação em relação à educação.

Quero no entanto referir que o governo anterior desenvolveu um plano global de actividades dirigido à reforma do sistema educativo e que o actual ministro participou de forma muito determinante na definição da estratégia de orientações básicas — que já há pouco time oportunidade de salientar.

Temos presente que cabe a este governo a tarefa, decisiva para o nosso futuro, de implementar a Lei de Bases do Sistema Educativo. É um projecto nacional e gostaria de ver a ele associados os diferentes órgãos de soberania e a Assembleia da República, fazendo uma referência expressa à nossa total e reforçada abertura ao diálogo.

**O Sr. Duarte Lima (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Aquilo que disse em relação ao ensino privado talvez seja um exagero neste momento, dado que o Governo já instituiu um sistema de inspecção pedagógica, administrativa e financeira. No entanto, é óbvio que ele só será totalmente resolvido quando conseguirmos aprovar o estatuto do ensino superior e cooperativo, o que espero não demore muito.

O Sr. Deputado perguntou por que é que o Governo mudou ligeiramente a sua posição em relação à liberalização no sector da comunicação social e por que é que omite agora no seu Programa a possibilidade de manter um jornal na propriedade pública. Direi que aprendemos com a oposição, com os meios de comunicação social, e não queremos ser acusados de esse jornal poder vir a ser o jornal oficioso do Governo.

Disse que, nessa matéria, tínhamos seguido o CDS. Eu convidou-o apenas a ler os editoriais desse jornal que alguns imaginaram que iríamos manter no sector público. Não sei se o director desse jornal aderiu ao CDS, mas penso que não.

*Risos.*

Porque os profissionais da imprensa nos fizeram algumas críticas em relação a esse desejo de manter na posse do Estado um jornal, de facto, pensamos que não há qualquer razão para insistir nessa linha. Esperamos bem que possamos avançar, e tão depressa como a situação do sector exige. No entanto, quero dar-lhe a garantia que nós não vamos liberalizar o sector da comunicação social para o entregar ao grupo A, B ou C.

O que pensamos é que, nesta matéria, Portugal não deve ter originalidades em relação aos outros países. Porque é que devemos ser originais em relação a esta

matéria?... E isto responde também à Sr.<sup>a</sup> Deputada Natália Correia. Então a imprensa, os meios de comunicação social, não são livres, pluralistas, isentos, na França, na Inglaterra e outros países, e, no entanto, penso que não têm um Conselho de Comunicação Social.

Como disse o Sr. Deputado Pacheco Pereira, os leitores têm aqui uma palavra a dizer, mas é óbvio que no processo de liberalização — como já dissemos no passado — daremos condições especiais para que os profissionais do sector, os trabalhadores jornalistas ou as empresas ligadas ao sector, possam adquirir esses meios de comunicação social. De qualquer forma, é uma matéria que terá de ser especificada na lei, mas sempre de forma a garantir uma total transparência.

O Sr. Deputado Silva Lopes encontrou uma diferença, pelos vistos um comportamento radicalmente oposto, entre a proposta deste governo e a do governo anterior em matéria de défice orçamental.

Eu não concordo, Sr. Deputado!

O governo anterior empenhou-se na tarefa difícil de reduzir o défice do sector público administrativo e também as necessidades de financiamento de todo o sector público. Digo que é difícil porque o Sr. Deputado sabe muito bem que uma grande rigidez afecta essas despesas.

Apesar de tudo, algum progresso foi feito e continuaremos na mesma linha; não vamos alterar aqui de forma substancial a política que vinhamos a seguir neste ponto. Disse no meu discurso que continuaremos a ser muito exigentes em relação ao controle das despesas públicas, ao défice do sector público, procurando evitar sempre o financiamento monetário desse sector.

Em relação às receitas que podem ser obtidas pela venda de capital de empresas públicas, recordo o que consta do Programa do Governo: entendemos que devem ser utilizadas prioritariamente (isto serve também de resposta ao Sr. Deputado Guterres) para amortização extraordinária da dívida. Devem ainda ser utilizadas para o saneamento económico e financeiro de empresas públicas altamente endividadas e para o serviço da dívida resultante das nacionalizações.

Interrogou-se, no entanto, se isto podia dar um contributo para a redução do défice do sector público administrativo em si. E penso que sim, porque entendo que esta operação de redução do peso do sector empresarial do Estado tem efeitos benéficos sobre a economia.

Referi a eficiência económica, que não pode deixar de ter os seus efeitos positivos sobre as empresas que permanecem no próprio sector público, e penso que pode estimular a poupança, e é lícito recordar-lhe as referências que são feitas no Programa do Governo ao desinvestimento, isto é, à possibilidade de vender partes do património de empresas públicas que nada têm a ver com a actividade principal dessas mesmas empresas, o que conduzirá inevitavelmente à redução de desperdícios nessas empresas públicas. O Sr. Deputado reconhece, com certeza, que numa empresa que tem um certo sector de actividade principal e é obrigada a ter na sua posse empresas que nada têm a ver com essa actividade acabarão por existir alguns desperdícios na actividade da própria empresa.

Disse ainda que a carga fiscal definida como o *ratio* entre a receita de impostos e o PNB já é muito

elevada em Portugal quando comparada com os outros países. Nesse ponto não concordo inteiramente com o Sr. Deputado.

Acho que a comparação não deve ser feita tomando simultaneamente todos os países da OCDE, dado que existem dois grupos: um que tem tradicionalmente uma fiscalidade elevada e outro que tem uma fiscalidade mais baixa, onde se inclui o Japão, os Estados Unidos e até um pouco a nossa vizinha Espanha. Mas se esse *ratio* subir pela redução da evasão e da fraude fiscal, tal como nós propomos, diria que é uma subida virtuosa.

O Sr. Deputado Correia Gago referiu uma contradição no meu discurso, entre a vontade de diálogo e o imperar da vontade da maioria, pelo facto de eu ter dito, a certo momento, que, não sendo possível alcançar consenso em relação a todas as matérias, tem de imperar a vontade da maioria com os limites que resultam, por um lado, do respeito que é devido às minorias e também do respeito pela lei e tendo presente a propriedade do exercício do poder democrático.

Quero apenas recordar que se o consenso for possível, também vai imperar a maioria, só que é uma maioria maior. Esperemos que seja este o caso normal, que impere a grande maioria, que deixe apenas alguns de fora. É esse o meu desejo e a minha abertura.

Mas já em relação à questão seguinte, tenho alguma dificuldade em responder porque até me surpreende que a questão tenha vindo do Sr. Deputado, quando referiu liberdade dentro do PSD, quando referiu conteúdo democrático do comportamento do PSD. Estou certo de que o PSD depois vai dizer que não aceita, nesta matéria, lições do PRD.

#### *Aplausos do PSD.*

Perguntou se Portugal é uma sociedade moderna. Dir-lhe-ei de forma sintética que, se não é, quer ser. Perguntou depois se eu entendia que o Estado já fez aquilo que devia fazer e agora retirar-se. Devo dizer-lhe que em parte deve retirar-se e de consciência pesada. É isso que propomos, que ele se retire com algum peso na consciência, mas que não continue a perpetuar erros que resultam de uma situação muito particular, que não é a do 25 de Abril que o senhor mencionou. Aliás, penso que se enganou, queria referir-se com certeza ao 11 de Março, isto é, que seriam erros resultantes de uma situação que tem origem no 11 de Março.

#### *Aplausos do PSD.*

Quanto às dificuldades de garantir uma disseminação do capital de uma sociedade portuguesa, é sempre possível instituir algumas regras que possam ser obstáculos a que essas acções, que passam pelo sector privado, imediatamente se concentrem num grupo económico. Penso que era isto que estava a sugerir. Podem ser tomadas regras estatutárias que impeçam que isso venha a acontecer.

Depois dirigi-me uma pergunta muito directa, de como vou evitar as pressões de que serei alvo nesta matéria, e eu digo-lhe apenas que será como até aqui. Não vou mudar nada.

#### *Aplausos do PSD.*

Perante a questão da revisão da legislação laboral e o combate ao trabalho fraudulento, pergunta qual é a prioridade. É óbvio que, neste momento, já temos algumas possibilidades de actuar no combate ao trabalho fraudulento, portanto esta é uma tarefa de hoje, naquilo que não foi feito ontem. É uma tarefa que não teremos desculpa de não continuar a fazer amanhã.

Em relação à flexibilização da legislação laboral, temos de aguardar pela aprovação da legislação necessária.

A Sr.ª Deputada Natália Correia começa por dizer que o Programa do Governo é pouco ambicioso, na parte da cultura, desde logo porque ocupa um reduzido espaço. Mesmo assim, o Programa do Governo tem 201 páginas, o que, com certeza, dificultou o trabalho dos Srs. Deputados durante esta noite — dado que me foi recordado há pouco que só pôde ser distribuído ontem e um pouco tarde.

É salutar que se faça um esforço para que o Programa do Governo não contenha todas aquelas medidas que alguma vez já foram concebidas pelos governos que nos antecederam — e foram dezasseis —, mais algumas que a nossa imaginação permite, neste momento, acrescentar.

Porque para governar é preciso decidir, mas estabelecendo prioridades; por isso, também nesta matéria, fomos um pouco parcos no espaço, para, se fosse possível, identificar as prioridades.

Neste termos, em relação à cultura, começamos por indicar as prioridades, como a acessibilidade dos bens culturais, a salvaguarda do património cultural, a defesa intransigente da língua portuguesa, prestando, como é óbvio, uma atenção particular à escola e à comunicação social, tentando estabelecer entendimentos com os órgãos do poder autárquico, procurando dinamizar os centros culturais — dando incentivos —, mas não querendo também que o Estado exagere nesta área de criação cultural.

No entanto, com certeza que há muito por fazer e as suas contribuições, Sr.ª Deputada Natália Correia — tal como há pouco referi à Sr.ª Deputada de Os Verdes — serão sempre bem-vindas.

Já respondi, de alguma forma, à questão que me pôs sobre a comunicação social, excepto naquele ponto delicado relativo à Igreja Católica dado que — e até me apraz sublinhar isso — a Sr.ª Deputada, no curto espaço de tempo que teve para ler o Programa, detectou a diferença entre as duas frases no Programa do governo anterior e no Programa deste governo.

Sr.ª Deputada, não podemos esquecer que já ocorreu sobre esta matéria um amplo debate nesta Assembleia, ou melhor, numa comissão especializada desta Assembleia. Só lamento é que não pudéssemos todos ter beneficiado desse trabalho realizado durante mais de um ano. Ocorreu um debate que transcendeu mesmo as paredes desta Casa, e foi por isso que nos limitámos a dizer que é a esta Assembleia que competirá estabelecer o modo como é conveniente — se assim o achar — ter em consideração o papel fundamental da Igreja em Portugal.

Aliás, penso que todos o reconhecemos, mesmo que alguns possam ter dúvidas sobre se esse papel se deve ou não estender à comunicação social, embora a Constituição refira o direito que a Igreja tem de poder difundir a sua mensagem em todo o território português, devendo para isso dispor dos meios necessários.

Com certeza que esta é uma matéria sobre a qual a Assembleia da República se vai debruçar de forma cuidadosa.

O Sr. Deputado Carlos Lilaia diz que somos muito tímidos em relação à regionalização. Não, esta é a continuação da nossa postura passada. Entendemos que se deve avançar com cuidado, serenamente, evitando bairrismos que podem pôr em causa a coesão nacional, nunca esquecendo o objectivo principal da regionalização, que é o de reduzir as disparidades no desenvolvimento sócio-económico do nosso país, e com essa ideia entendemos que se deve avançar com uma lei quadro que defina as funções e as competências das regiões administrativas.

O Sr. Deputado disse que deitaram fora as propostas. Não, Sr. Deputado, os senhores é que deitaram abaixo o governo, e por isso não foi possível completar essa tarefa.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Deputado Marques Júnior disse que o 19 de Julho tinha sido o fio condutor do meu discurso e que isso lhe suscitara grande preocupação. Não o entendo, Sr. Deputado. Por que é que a manifestação da vontade livre e consciente do povo português pode suscitar preocupação a alguém que esteve directamente envolvido no 25 de Abril que restituíu a liberdade ao povo português? Penso que deve ser um erro de interpretação da minha parte.

Mas, Sr. Deputado, tenho de lhe pedir desculpa da forma como vou responder à questão que me pôs. Após ter lido a parte do Programa do Governo, ou melhor, do meu discurso, em que digo que o legislador, a seguir ao 25 de Abril, teve de se munir de cautelas especiais, tendo em vista garantir a isenção e autenticidade do acto eleitoral, o Sr. Deputado perguntou-me depois se estes princípios podiam ser postos em causa no futuro. Sr. Deputado, essa é uma pergunta de mau gosto, a que não quero responder!

*Aplausos do PSD.*

Sr. Deputado João Amaral, não sei se devo começar por felicitá-lo pela eficiência, se manifestar alguma preocupação, porque verifiquei que as suas questões — que são pelo menos vinte — constavam de documento escrito, o que à primeira vista dá ideia de grande eficiência, mas depois levou-me à seguinte interrogação: será que não quiseram apenas ter a certeza de que o Sr. Deputado ia perguntar exactamente aquilo, que não estava sujeito a quaisquer ventos?!

*Aplausos do PSD.*

Mas, dado que leu integralmente o texto que lhe foi fornecido por escrito, apenas tenho de constatar que nos encontramos em campos bastante opostos. A sua linguagem é a seguinte: grande conteúdo de classe nas opções do Governo, que fizemos, com certeza, uma opção de classe a favor do capital, queremos a concentração do poder económico e queremos explorar os trabalhadores, queremos a subordinação do capital estrangeiro e todos os sectores estratégicos entregues aos monopólios.

Perante isto, Sr. Deputado, dir-lhe-ei apenas que ainda não deixou de se libertar dos fantasmas, ou então está ainda rodeado daqueles véus que não deixam ver

a realidade portuguesa nem o mundo exterior, o que é grave depois do dia 19 de Julho, porque antes ainda podia compreender.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Deputado, tive oportunidade de dizer no meu discurso —e, aliás, já o demonstrámos— que respeitamos integralmente os direitos dos trabalhadores, que estamos firmemente empenhados no combate ao desemprego, aos salários em atraso, à criação de condições mais dignas para aqueles que ainda não conseguem ter um nível de vida a que, justamente, aspiram.

Não pretendemos diminuir a intervenção dos sindicatos, como referiu. Não estamos a declarar guerra aos trabalhadores. Quando o Sr. Deputado afirma isso apenas não lhe digo que está a ver mosquitos na outra banda porque a outra banda já não vota no senhor.

*Aplausos do PSD.*

Quero, apenas, dizer-lhe que a nossa batalha é outra. A nossa batalha é contra a pobreza, é contra os salários em atraso, é contra o trabalho infantil, é contra o insucesso escolar. Estamos a travar batalhas bem diferentes, mas esta é uma batalha que tem futuro e a vossa já não tem futuro, apenas aguardamos com alguma expectativa a renovação que foi anunciada há poucos dias.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Orador: — Para o Sr. Deputado João Amaral todo o problema na sociedade portuguesa se reduz a um confronto de classes.

Quero dizer-lhe que o nosso conceito de empresa hoje é totalmente diferente. Para nós, a empresa é um espaço de cooperação, de realização profissional e em que todos se empenham para alcançar objectivos comuns.

Não defendi aqui nenhuma contenção salarial e o Sr. Deputado sabe bem que foi com o meu governo que mais aumentou —nos últimos dez anos— o poder de compra, ou seja, 5,5% em relação aos salários e 10% em relação às pensões. Por isso, se há alguém que tem uma opção de classe não sou eu, é o Sr. Deputado.

Se alguma preocupação especial temos é em relação àquilo que o Sr. Deputado João Amaral diz defender. E digo «diz» porque pelas acções concretas só tem contribuído —o Sr. Deputado não, mas o partido que representa — para que os objectivos não sejam alcançados. E isso foi reconhecido pelos trabalhadores portugueses. Onde é que votaram os trabalhadores portugueses em 19 de Julho? Faça a pergunta a si próprio e tente encontrar a resposta.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Deputado disse que não acreditava na concertação social. Não me surpreende, mas eu acredito, e não é apenas o Governo que acredita, a Confederação Democrática dos Trabalhadores acredita, as confederações patronais acreditam e os resultados estão à vista. Penso que, em parte, o sucesso conseguido no domínio do combate à subida de preços se deve à concertação social, à atitude responsável da Confederação Democrática dos Trabalhadores e às confederações patronais. Por isso, nos propomos continuar nesse

caminho e por isso disse mesmo que íamos tentar estabelecer um acordo de concertação social para médio prazo. Desta forma não tem qualquer sentido a sua afirmação de que a nossa proposta representa um «terremoto constitucional», foi sim um «terremoto eleitoral», o que é bastante diferente.

O Sr. João Amaral (PCP): — Anticonstitucional?...

O Orador: — Discordo frontalmente da sua afirmação em relação ao investimento estrangeiro. Pensamos que tal investimento pode dar uma contribuição muito válida para o desenvolvimento do País, desde que sejam satisfeitas as condições que os sucessivos governos têm vindo a impor.

O Sr. Deputado referiu o Alqueva, mas não entendeu bem o meu discurso, pois quando me referi ao Alentejo —uma zona do País que preocupa bastante o Governo— mencionei o aproveitamento mais completo dos regadios e o seu alargamento, significando deste modo que entendemos que se deve voltar a estudar a possibilidade de concretizar o Alqueva.

Sei que existem imensos estudos feitos sobre esta matéria, não apenas no governo passado, já vinham de outros governos. Só que, Sr. Deputado, os recursos que existem em Portugal são escassos. No passado, cometemos grandes erros na afectação de recursos, em Sines em particular, em Setúbal também, e aí podem ficar com a vossa quota de responsabilidade, que ninguém vos tira.

Mas, quando estão em causa milhões e milhões de contos, todo o cuidado é pouco para evitar que novos erros sejam cometidos; desse modo iremos estudá-los com toda a abertura.

Em relação à reforma agrária, penso que fui muito claro na minha intervenção e por isso, Sr. Deputado, não tenha quaisquer dúvidas em relação àquilo que pretendemos e que é aumentar a produção, a qualidade e criar condições para que a nossa agricultura, depois dos períodos transitórios, possa competir com a Europa comunitária, em suma conseguir criar condições para que aqueles que trabalham e vivem da agricultura possam ter um nível de vida mais livre. São essas as razões que nos motivam.

O Sr. Deputado foi ao ponto de dizer que o Governo propõe o desmantelamento do sistema de segurança social. Sr. Deputado, tanto não!...

O Sr. José Magalhães (PCP): — Um bocadinho!

O Orador: — É que isto põe em causa, totalmente, a credibilidade das suas afirmações. Afinal qual foi o governo que manifestou maior preocupação em relação àqueles que beneficiam do sistema de segurança social, isto é, em relação aos reformados, aos idosos, aos inválidos e aos trabalhadores rurais? Quem fez, pela primeira vez, a integração dos trabalhadores rurais no sistema geral de segurança social?

E, Sr. Deputado, não quero dizer que foi uma injustiça que cometeu em relação ao Governo porque a sua intenção foi maliciosa!

O Sr. Deputado João Amaral terminou com esta questão: o que pensarão os Portugueses quando souberem tudo isto? Penso que dirão apenas que o Governo do PSD está a cumprir as promessas que fez nas eleições.

Depois, pensou que nos criava algum embaraço referindo-se ao subsídio de desemprego aprovado por esta Assembleia já nos últimos dias da anterior legislatura.

Sr. Deputado, temos grande preocupação em relação à juventude, mas não queremos uma juventude que tenha uma mentalidade de dependência assistencial, queremos acima de tudo que ela não seja desincentivada à formação profissional e à educação. Por outro lado, também não queremos pôr em risco o nosso sistema de segurança social, naquilo que respeita às suas capacidades financeiras para responder em relação aos idosos e aos reformados. Por isso, digo aqui, e repito, que o Governo que fez, antes desta Assembleia, um diploma aprovando o subsídio de isenção dos jovens na vida activa irá rever o diploma que foi feito contra o Governo nesta Assembleia, principalmente tendo em vista os verdadeiros interesses dos jovens portugueses.

*Aplausos do PSD.*

Mas o Sr. Deputado, para tentar ilustrar a nossa tentativa de adulterar totalmente a Constituição, foi ao ponto de dizer que nós nos propunhamos alterar a Lei Eleitoral para a Presidência da República. Sr. Deputado, nós defendemos o voto dos emigrantes nessas eleições, e se o seu partido não o defende, isso é consigo!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

*Aplausos do PSD.*

**O Orador:** — O Sr. Deputado terminou a sua intervenção, colocando par a par o 25 de Abril com as comemorações dos descobrimentos; no entanto, devo dizer-lhe que estamos em planos completamente diferentes. Ao salientar, como é justo que se saliente neste momento, a comemoração desse ciclo de descobrimentos, nunca esteve na minha intenção pôr em causa o 25 de Abril. Penso que quando o Sr. Deputado fez essa referência tinha em mente uma outra data.

Acusa-nos de não cumprirmos a Constituição, diz que a minha afirmação de respeitar a Constituição era apenas uma figura de retórica e eu direi que aqueles que hoje se erguem em pretensos defensores da instituição parlamentar outra coisa não estão a fazer que a utilizar uma figura de retórica!

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Deputado Jorge Sampaio começou por perguntar se o Governo ia apresentar uma moção de confiança nesta Assembleia. Como sabe, compete ao Conselho de Ministros decidir sobre a apresentação ou não de moções de confiança na Assembleia da República e o Conselho de Ministros ainda não se reuniu para deliberar sobre este assunto. No entanto, devo dizer que não gosto de ser hipócrita.

*Risos.*

O Sr. Deputado perguntou também se o Governo iria privilegiar pedidos de autorização legislativa ou proposas de lei. O Governo actuará —mas isso depende em parte do comportamento da oposição— sempre de forma a conseguir, em relação às grandes questões nacionais, o mais amplo consenso, ou seja, de forma a conseguir que a maioria seja a maior maioria possível

dentro desta Assembleia. Por isso, com certeza que, tirando casos justificados, compreensíveis, em relação aos quais a experiência seja esclarecedora, o Governo apresentará sempre propostas de lei a esta Assembleia da República.

Como já me pronunciei, em relação à comunicação social e à Lei Eleitoral, penso que o Sr. Deputado me dispensará de voltar ao assunto. No entanto, esta é uma matéria que o Governo (tal como consta do seu Programa) e o partido que o apoia entendem dever ser objecto, sempre que possível, de um amplo consenso entre os partidos democráticos.

Devemos distinguir, de facto, entre as menções que faço expressamente no meu discurso e os aspectos substanciais que penso estarem subjacentes à sua questão, e por isso recordei há pouco a referência ao método de Hondt que consta do artigo 155.º da Constituição.

Quanto ao Sr. Deputado Jaime Gama, que abordou a questão de Timor, devo dizer-lhe que esta matéria tem uma história, que não começou com o X Governo Constitucional.

Ocorreram muitas coisas e eu interrogo-me e interrogo esta Assembleia —aliás, a opinião pública também se interroga— sobre se tudo aquilo que aconteceu ao longo dos anos dignificou ou ressalvou a dignidade do nosso país.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Conheço as conversações, ou melhor, as conversas que ocorreram nas Nações Unidas entre responsáveis governamentais portugueses e o Secretário-Geral das Nações Unidas. O Sr. Deputado sabe muito bem que foi o Governo que se recusou a aceitar que as eleições realizadas pela Indonésia pudessem ser tomadas como um referendo. Mas eu pergunto: o que é que se conseguiu até este momento? O Sr. Deputado falou em autodeterminação e eu recordo-lhe que até a Constituição diz algo diferente e mais forte, no seu artigo 297.º, que refere «garantir o direito à independência de Timor Leste».

Sr. Deputado, penso que esta é uma questão nacional e o Governo tem-na sempre tratado como tal. O Sr. Presidente da República tem em relação a esta questão responsabilidades particulares, o Governo também tem as suas responsabilidades e entende que esta Assembleia, na sequência de trabalhos realizados no passado, se deve associar à procura de uma solução que, pelo menos agora, ressalve a dignidade nacional.

Penso que é muito importante garantir aquilo que mencionei, ou seja, a identidade cultural, a identidade religiosa, a presença da nossa cultura, e não apenas agora, em que está viva uma geração que ainda teve contactos com o nosso país, mas no próximo século. Por isso convidei todos a participarem nesta negociação.

O Governo nada fará nesta matéria que seja contra o entendimento de outros órgãos de soberania. O que poderá —isso sim— é vir a esclarecer, de forma clara e inequívoca, todo este processo para que no futuro não seja acusado de não ter ressalvado a dignidade nacional.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

*Aplausos do PSD.*

**O Orador:** — Sr. Deputado, a referência que fez ao envolvimento desta Assembleia no processo de integração europeia resulta, pura e simplesmente, da aprovação, nos últimos dias da anterior legislatura, de uma lei contra o Governo, uma lei que traduz um entendimento errado do funcionamento das instituições democráticas, que entra na competência própria do Governo e que era desnecessária para realizar a colaboração que é indispensável entre Governo e Assembleia da República nesta matéria.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não acredito que o Partido Social-Democrata tenha proposto a eliminação da Comissão de Integração Europeia. Pode ter entendido — o que é correcto — que neste momento essa matéria não deve ser dissociada dos negócios estrangeiros, porque, como o Sr. Deputado sabe muito bem, não são apenas questões económicas, financeiras e sociais que estão em discussão permanente dentro da Europa Comunitária. Temos, como sabe, uma cooperação em matéria de política externa e também em matéria de segurança.

O Governo continuará, com a mesma abertura e com o mesmo empenho, a solicitar a colaboração desta Assembleia para vencer as dificuldades, para encontrar o melhor caminho, a fim de que a nossa integração plena na Comunidade Económica Europeia seja um êxito.

O Sr. Deputado referiu uma questão da qual tive alguma dificuldade em entender a última parte, porque, segundo creio, não existe nenhum alto responsável português que alguma vez tenha feito referências a uma abertura para transferência de meios aéreos de bases espanholas para bases portuguesas. Por vezes, têm sido atribuídas declarações a algumas personalidades estrangeiras, que, aliás, as têm vindo a desmentir. No entanto, de concreto, nunca o Governo Português fez qualquer declaração sobre o assunto.

Como o Sr. Deputado sabe, e como é prática corrente em todos os países da Aliança Atlântica, o Governo segue com atenção as negociações que estão em curso entre os Estados Unidos da América e a Espanha. Trata-se de negociações delicadas entre dois Estados soberanos, é um assunto que lhes diz respeito e entendo que, neste momento, seria despropositada qualquer declaração do Governo Português que pudesse ser utilizada como pressão de uma parte sobre a outra. Creio que o facto de, até este momento, o Governo não ter reagido a provocações que alguns têm feito revela um comportamento responsável. Penso, pois, que esta é uma atitude responsável que vem na sequência de outras atitudes, com igual responsabilidade, tomadas pelos governos democráticos que nos antecederam.

Por isso, Sr. Deputado, a minha referência aos Açores e à Madeira é uma constatação. Não é nem podria ser — e o Sr. Deputado não acredita que o fosse — uma oferta pública.

Em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado António Guterres, devo dizer que já respondi a algumas delas ao abordar problemas levantados por outros Srs. Deputados. Também já me referi à questão que V. Ex.<sup>a</sup> colocou sobre a ruptura ou continuação, em relação ao do governo anterior, do programa do presente governo. Assim, vou abordar a questão da pri-

vatização, pois o Sr. Deputado perguntou se o Governo entendia que só deviam permanecer no sector público as empresas de serviço social. Eu digo que não!

O Programa do Governo refere que podem existir casos em relação aos quais a salvaguarda do interesse nacional requeira que haja não só um controlo público, mas, eventualmente, uma produção pública.

Porém, o que não aceito é a pergunta que o Sr. Deputado fez sobre se o sector empresarial do Estado deve ser um instrumento da política económica. Penso que não! Foi um erro que governos anteriores cometiveram, mas que este governo não vai cometer.

O sector público empresarial não é nem deve ser entre nós instrumento da política económica, instrumento para combater a inflação, instrumento para combater o desemprego. Isso é errado! Se o Sr. Deputado defende isso, eu manifesto aqui a minha total discordância em relação à utilização desse sector como instrumento de política económica.

Em parte, o falhanço havido nos últimos anos nesse sector deve-se ao facto de alguns governos terem entendido o sector empresarial do Estado como um instrumento para resolver problemas de subida de preços ou de desemprego.

Como já referi, em relação à utilização das receitas da venda de parte do capital de empresas públicas, elas destinam-se prioritariamente a fins específicos, como saneamento financeiro de empresas em grande dificuldade. Assim, apresentaremos nesta Câmara uma proposta de lei no sentido da amortização extraordinária da dívida. No entanto, pensamos que também devem ser utilizados esses dinheiros para o serviço da dívida resultante das nacionalizações, sempre com total transparência na defesa dos interesses nacionais, havendo para isso que estabelecer as regras adequadas.

Pergunta-me ainda o Sr. Deputado se esta actuação é constitucional. Limitamo-nos a seguir o IX Governo Constitucional, que, sobre essa matéria, deixou documentos produzidos.

Entendemos que a privatização até 49 % ...

**O Sr. António Guterres (PS):** — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Primeiro-Ministro?

**O Orador:** — Não vale a pena, Sr. Deputado. Eu conheço a lei, tenho-a aqui com as assinaturas apostas, mas não é ela que está agora aqui em discussão, será debatida na altura própria.

Actuaremos sempre dentro dos limites da Constituição — disso não tenha a menor dúvida! —, pelo menos quanto é nossa convicção e apoiados nos pareceres daqueles que consideramos eminentes constitucionalistas.

Por isso, dissemos claramente no nosso Programa que avançaremos, mesmo antes da revisão constitucional, porque tal é indispensável para fazer face às situações de endividamento muito grave em que se encontram algumas empresas.

Honestamente, o Sr. Deputado não pensa que o Orçamento pode resolver os problemas financeiros da EDP, E. P., da Siderurgia Nacional, ou da QUIMIGAL, mas talvez numa discussão serena, possa aceitar que o produto da venda parcial do capital de algumas empresas, transformadas em sociedades anónimas de capitais públicos, possa ajudar a resolver esse problema.

**O Sr. António Guterres (PS):** — Posso interrompê-lo, Sr. Primeiro-Ministro?

**O Orador:** — Peço-lhe desculpa, Sr. Deputado, mas não o deixo interromper-me, pois essa matéria será objecto de discussão nesta Assembleia, e eu já me referi a ela em pormenor.

Em relação à legislação laboral, dir-lhe-ei que avançaremos em vários domínios, tais como a lei das associações patronais e sindicais, regime de férias, faltas e feriados, flexibilização de horários, entre outras. Mas nunca, como aqui foi sugerido pelo Sr. Deputado João Amaral, para fazer guerra aos trabalhadores, porque estamos convencidos que esta é a forma de vencer alguns desafios que temos na nossa frente.

Não querendo fugir à questão, penso que o que o Sr. Deputado tinha em mente era a cessação do contrato individual de trabalho. Digo-lhe que vamos avançar nessa matéria, aceitando a possibilidade de o acordo se realizar em casos de natureza objectiva.

V. Ex.ª já conhece a nossa proposta do passado, no entanto, pensamos que essa matéria deve ser objecto de uma nova discussão no seio do Conselho Permanente de Concertação Social. Gostaríamos bastante que, em relação a esse ponto, fosse possível alcançar um amplo consenso.

Finalmente, em relação ao Sr. Deputado Pacheco Pereira, que exprimiu aquilo que penso ser, neste momento, o sentimento generalizado do povo português, devo dizer-lhe que se vive um momento de grande confiança, de grande esperança e que tempos uma grande oportunidade ao nosso alcance. Por isso, convidei todos os partidos democráticos da oposição a partilharem deste êxito que queremos colectivo, que é possível conseguir para o bem de todos. E a oposição que não pense que sairá diminuída ao associar-se a propostas do Governo. Se o pensar, creio que estará a cometer um outro erro. É com ela!...

Na parte final do pedido do seu esclarecimento, o Sr. Deputado colocou uma questão muito directa em relação à modernização administrativa. Trata-se de uma matéria difícil, em que não é fácil avançar. Outros governos do passado pensaram que criando uma secretaria da modernização administrativa podiam resolver o problema. Como não se resolveu, numa fase seguinte, criou-se o Ministério da Reforma Administrativa. Ora, penso que não é com ministérios e com secretarias de Estado que se resolve a modernização da nossa Administração. Por isso, o Governo anterior criou — e penso que foi correcto — um organismo, o Secretariado para a Modernização Administrativa, pequeno, flexível, sem possibilidades de empolamento, sem possibilidades de ele próprio contrariar a modernização administrativa.

Entendemos que é preciso que a nossa Administração seja, de facto, o motor do próprio desenvolvimento, que sirva bem os utentes. É necessário rentabilizar os recursos que temos, mas penso que é muito importante atrair para a Administração técnicos qualificados. Os senhores já repararam que os melhores técnicos estão a fugir do Estado e que os bons técnicos não querem vir para o Estado? Temos que nos interrogar sobre as razões desta fuga! Talvez esta bancada esteja muito satisfeita pelo facto de o nosso leque salarial apenas ter comparação com a Albânia, mas o preço dessa situação estamos todos nós a pagá-lo.

O Governo entende que deve ser feito um esforço para atrair para a Administração Pública jovens de elevado mérito. Temos de criar condições para que os melhores que saírem das universidades possam ser atraídos para a Administração Pública Portuguesa, como acontece noutras países.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em relação à questão clara que coloco, posso dizer que o Governo vai elaborar uma lei quadro dos dirigentes da Administração Pública, tendo em vista clarificar as funções daqueles lugares que não são de confiança política. Dessa forma, creio que iremos dar um contributo para o reforço e para a melhoria da qualidade da nossa Administração Pública. Porém, este processo vai ser longo. Não é tarefa apenas do Governo, e temos que suscitar o apoio de muita e muita gente, dos meios de comunicação social, de organismos autónomos da sociedade portuguesa, desta Assembleia, dos utentes e dos próprios trabalhadores da Administração Pública, procurando criar aquilo que neste momento se está a tentar fazer noutras países, com algum êxito, e que são os centros de excelência. Devemos, pois, fazer um esforço para avançar nesse sentido. E só não incluímos isto directamente nas grandes reformas que pensamos concretizar nos próximos quatro anos porque entendemos que esta vai ser uma tarefa de mais de uma geração. Por isso, ao mesmo tempo que não quis deixar de salientar a sua importância, não quis colocá-la no mesmo plano das leis agrárias, das leis laborais, do sector empresarial do Estado, que poderão registar avanços significativos num curto espaço de tempo.

Sr. Presidente, muito obrigado pela sua benevolência.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, com a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro está esgotada a ordem do dia de hoje.

A próxima sessão terá lugar amanhã, às 15 horas, e a ordem de trabalhos será o início do debate sobre o Programa do Governo.

Está encerrada a sessão.

*Eram 17 horas e 55 minutos.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS):**

António Manuel Oliveira Guterres.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Adriano da Silva Pinto.

Aurora Margarida Borges de Carvalho.

José Manuel Rodrigues Casqueiro.

**Partido Socialista (PS):**

António de Almeida Santos.

Carlos Manuel Natividade Costa Candal.

João Cardona Gomes Cravinho.

Manuel Alegre de Melo Duarte.

Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.

Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes.

**Partido Renovador Democrático (PRD):**

Vasco da Gama Fernandes.

**AS REDACTORAS:** *Cacilda Nordeste — Maria Amélia Martins.*



**PREÇO DESTE NÚMERO: 152\$00**

*Depósito legal n.º 8818/85*

---

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.**